

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

PEDRO FERRONATO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DAS LICENCIATURAS EM
MATEMÁTICA DA UTFPR

CURITIBA

2019

PEDRO FERRONATO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DAS LICENCIATURAS EM
MATEMÁTICA DA UTFPR

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Matemática, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Curitiba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Matemática.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Dias de Souza

CURITIBA

2019

TERMO DE APROVAÇÃO
“EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DAS LICENCIATURAS EM
MATEMÁTICA DA UTFPR”

por

“PEDRO FERRONATO”

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 10h e 30min do dia 06 de Dezembro de 2019 na sala E-107 como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Matemática na Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR - Câmpus Curitiba. O estudante foi arguido pela Banca de Avaliação abaixo assinados. Após deliberação, de acordo com o parágrafo 2º do art. 24 do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso para os Cursos de Graduação da UTFPR, a Banca de Avaliação considerou o trabalho _____ (aprovado ou reprovado).

_____ Prof. Dra. Flávia Dias de Souza (Presidente - UTFPR/Curitiba)	_____ Prof. Dra. Maria Lucia Panossian (Avaliador 2 - UTFPR/Curitiba)
_____ Prof. Dra. Jamile Cristina Ajub Bridi (Avaliador 3- UTFPR/Curitiba)	_____ Prof. Dra. Diane Rizzotto Rossetto (Professor Responsável pelo TCC – UTFPR/Curitiba)
_____ Prof. Dra. Neusa Nogas Tocha (Coordenação do curso de Licenciatura em Matemática – UTFPR/Curitiba)	

“A Folha de Aprovação assinada encontra-se na Coordenação do Curso”

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, a minha orientadora Profa. Dra. Flávia Dias de Souza e aos meus amigos que me apoiaram e me ajudaram neste trabalho.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar como a questão da inclusão indicada nas diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores (Resolução N°2/2015) tem sido incorporada nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em Matemática da UTFPR. O crescente aumento de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares demanda dos cursos de formação que os professores que estão sendo preparados para a educação básica saibam como ensinar esses alunos tanto quanto os alunos sem necessidades educacionais especiais. Trata-se de um estudo documental, que toma como referência a legislação brasileira no que tange ao ensino de alunos com necessidades especiais e a formação dos profissionais que são encarregados dessa tarefa. O estudo documental contemplou pesquisa nas matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em Matemática presentes nos diferentes campi da UTFPR em busca de disciplinas e conteúdos curriculares que forneçam esses recursos e sobre possíveis demais atividades que ajudem aos futuros profissionais da educação na obtenção e apropriação desses conhecimentos. Foram utilizadas as disciplinas que de alguma forma tratam da Educação Inclusiva, sua carga horária, ementa, objetivos e referências bibliográficas. Para complementar as possíveis demais atividades que ajudem na formação fez-se uma pesquisa por meio de um questionário encaminhado aos coordenadores dos cursos, do total de quatro, sendo que dois responderam ao questionário envolvendo aspectos de atuação como projetos de extensão, estágios obrigatórios e eventos dentro dos campi, no contexto das Semanas acadêmicas das Licenciaturas em Matemática. A análise dos dados de pesquisa foi configurada em três categorias: aspectos gerais da educação inclusiva; aspectos específicos da educação inclusiva no contexto do ensino de matemática; aspectos complementares, para além da matriz curricular dos cursos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Educação Matemática Inclusiva; Formação de Professores; Licenciatura em Matemática.

ABSTRACT

The research aimed to analyze how the issue of inclusion indicated in the national curriculum guidelines for teacher education (Resolution No. 02/2015) has been incorporated into the pedagogical projects of the degree courses in Mathematics at UTFPR. The increasing enrolment of students with special educational needs in regular schools demands that teachers who are being prepared for basic education know how to teach these students as well as students without special educational needs. This is a documentary study that takes as reference the Brazilian legislation regarding the teaching of students with special needs and the training of the professionals who are in charge of this task. The documentary study included research on the curricular matrices of the Mathematics Degree courses present in the different UTFPR campuses in search of subjects and curricular contents that provide these resources and on other possible activities that help future education professionals in obtaining and appropriation of this knowledge. Were used subjects that somehow deal with Inclusive Education, its workload, menu, objectives and bibliographical references. In order to complement the other possible activities that help in training, a survey was carried out by means of a questionnaire sent to the coordinators of the courses, out of a total of four, two of which answered the questionnaire involving aspects of action such as extension projects, mandatory internships and events within the campuses, in the context of the academic Weeks of the Bachelor's Degrees in Mathematics. The analysis of the research data was configured in three categories: general aspects of inclusive education; specific aspects of inclusive education in the context of teaching mathematics; complementary aspects, beyond the curricular matrix of the courses.

Keywords: Inclusive Education; Inclusive Mathematical Education; Degree in Mathematics.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- Gráfico do crescimento nas Matrículas.....	17
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1-Carga horária do curso de Cornélio Procópio	32
TABELA 2-Carga horária do curso de Curitiba.....	36
TABELA 3-Carga horária do curso de Pato Branco	39
TABELA 4-Carga horária do curso de Toledo	42

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1-Disciplinas de educação inclusiva do curso de Cornélio Procópio	33
QUADRO 2-Objetivos da disciplina: Inclusão E Educação Matemática	34
QUADRO 3-Bibliografia da disciplina: Inclusão E Educação Matemática	34
QUADRO 4-Disciplinas de educação inclusiva do curso de Curitiba	36
QUADRO 5-Objetivos da disciplina: Educação inclusiva e Diversidade	37
QUADRO 6-Bibliografia da disciplina: Educação inclusiva e diversidade	37
QUADRO 7-Disciplinas de educação inclusiva do curso de Pato Branco	39
QUADRO 8-Objetivos da disciplina: Diversidade, Direitos Humanos E O Ensino Da Matemática.....	40
QUADRO 9-Bibliografia da disciplina: Diversidade, Direitos Humanos E O Ensino Da Matemática	40
QUADRO 10-Objetivos da disciplina: Educação Inclusiva E Ensino Da Matemática	42
QUADRO 11-Disciplinas de educação inclusiva do curso de Toledo.....	43
QUADRO 12-Distribuição das horas na semana e no período	43
QUADRO 13-Objetivos da disciplina: Educação Matemática Inclusiva.....	44
QUADRO 14-Bibliografia da disciplina: Educação Matemática Inclusiva	44
QUADRO 15-Quadro de todas as disciplinas de educação inclusiva.	45
QUADRO 16-Disciplinas de formação geral.....	49
QUADRO 17-Disciplinas de formação específica	53
QUADRO 18-Quadro comparativo das horas de formação e horas totais do curso .	53

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

- EMI - Educação Matemática Inclusiva
GD 5 - Grupo de Discussão 5
PNEE - Política Nacional de Educação Especial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1-DAS DIRETRIZES LEGAIS À EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DAS LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA	16
1.1 INCLUSÃO NO CONTEXTO DAS DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES	18
1.2 A INCLUSÃO NO CONTEXTO DAS LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA	22
2-METODOLOGIA	30
2.1 APRESENTAÇÕES DOS CURSOS EM ANÁLISE	32
2.1.1 Licenciatura em Matemática Campus Cornélio Procópio	32
2.1.2 Licenciatura em Matemática Campus Curitiba	35
2.1.3 Licenciatura em Matemática Campus Pato Branco	38
2.1.4 Licenciatura em Matemática Campus Toledo	42
3-EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA: UM OLHAR A PARTIR DAS DISCIPLINAS, EMENTAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS	47
3.1 UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO GERAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA	47
3.2 UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA	50
3.3 UM OLHAR SOBRE AS AÇÕES DOS CURSOS COMO COMPLEMENTO PARA A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA	55
4-CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60
ANEXO 1 – MATRIZ CURRICULAR CAMPUS CORNÉLIO PROCÓPIO	62
ANEXO 2 – MATRIZ CURRICULAR CAMPUS CURITIBA	71
ANEXO 3 – MATRIZ CURRICULAR CAMPUS PATO BRANCO	78
ANEXO 4 – MATRIZ CURRICULAR CAMPUS TOLEDO	85
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO	92

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva vem sendo tratada desde muito tempo pela legislação brasileira. O artigo 208 da Constituição de 1988 já previa o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. Em âmbito mundial foi tratado do assunto na Declaração de Salamanca de 1994, que tratava da inclusão social para pessoas com necessidades especiais propondo reformas políticas e sistemas educacionais integradores, alguns anos depois a temática é contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº9394/96). De modo geral, os documentos abordam que toda escola de caráter público deve, mediante as leis, aceitar alunos com necessidades especiais que se apresentem para cursarem os níveis obrigatórios da educação básica.

Entretanto, de modo geral, é de competência das escolas decidirem quais serão os meios utilizados para o ensino e inclusão desses mesmos estudantes no contexto social. Para que esses estudantes sejam incluídos nas escolas adequadamente, é fundamental que os professores estejam preparados para lidar com essas questões, o que implica na necessidade de formação dos professores. Na legislação educacional específica que estabelece diretrizes para a formação de professores no Brasil, datam de 2015 as orientações legais que abordam o tema de modo mais direto. Assim, dado que muitos dos cursos de licenciaturas em matemática, nosso campo de estudo, ainda não possuem uma matriz curricular voltada para a formação docente que possam atender a esses estudantes com necessidades especiais, tem-se a importância de investigar essa temática.

O interesse para tal tema teve origem no estágio supervisionado realizado em um colégio público na cidade de Curitiba. Durante o estágio, como futuro professor, deparei-me com diversas situações que envolviam alunos com pelo menos uma necessidade especial, alunos aos quais os professores em classe deviam dar a atenção especializada para que eles, alunos com alguma necessidade, e os alunos que não possuíam nenhuma necessidade especial aparente assimilassem o conteúdo de ensino, considerando o conjunto de estudantes e a heterogeneidade das turmas.

Durante os estágios supervisionados obrigatórios presentes nos cursos de licenciatura em Matemática, os alunos tem a oportunidade de vivenciar situações pelas quais os professores passam, sejam elas no período de observação ou no período de regência, portanto há a possibilidade de o aluno vivenciar situações delicadas envolvendo alunos com alguma necessidade especial. No entanto, de modo geral, a formação que possuem, até então, não tem proporcionado muitos momentos de tratamento do tema para a atuação docente, especialmente em se tratando da componente de ensino na área específica.

Essas interações desencadearam questionamentos em relação à formação recebida e subsidiada pelo curso de licenciatura em Matemática e, em particular, o curso do campus Curitiba, ofertado pela UTFPR, pois a necessidade de um profissional preparado que é capaz lidar com esses enfrentamentos a qualquer momento dentro da carreira de professor fez-se imperativa.

Com a reformulação proporcionada pela Resolução N°2, de 1° de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais no âmbito da formação inicial de professores para o nível superior e formação continuada, espera-se que os novos profissionais que serão formados tenham uma formação diferente e que lhes possibilite estarem mais preparados para atender as necessidades que o ensino pode demandar no que tange às questões da inclusão.

Acredita-se que com as mudanças presentes na Resolução N° 02/2015, as questões da Educação Inclusiva devem permear os Projetos Pedagógicos e proporcionar novas compreensões para as matrizes curriculares dos cursos, o que nos leva ao interesse de compreender como isso tem ocorrido no âmbito da Licenciatura em Matemática dos campus da UTFPR e como cada um dos cursos, em suas matrizes curriculares aborda o tema da inclusão que ocorre dentro das salas de aulas dos Ensinos Fundamental e Médio.

Diante desse cenário, foi se configurando a problemática de pesquisa deste trabalho de conclusão de curso como sendo: Como as questões da inclusão destacadas nas diretrizes curriculares para a formação inicial de professores vêm sendo contempladas nos projetos pedagógicos e concretizadas em ações dos cursos das licenciaturas em matemática da UTFPR?

O conceito de o que corresponde e a quem corresponde a Educação Inclusiva não é diretamente o foco deste trabalho e sim como as normativas para as matrizes dos cursos de licenciaturas segundo as diretrizes estabelecidas na Resolução nº02/2015 que traz uma reformulação para os cursos de formação inicial e continuada para o nível superior de ensino figuram nas matrizes e projetos pedagógicos dos cursos.

(...) o desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. (ONU, 1994).

Portanto, pensando na formação de profissionais voltada para a docência, buscamos nas leis que tratam sobre a educação inclusiva, junto das resoluções mais relevantes que tratam do tema.

As referidas proposições revelam indícios da importância da temática e de sua relevância no contexto dos projetos pedagógicos, o que nos leva a justificar o estudo do tema. Sendo assim, a investigação dessa problemática tem como objetivo analisar como a questão da inclusão indicadas nas diretrizes (Resolução Nº2/2015) têm sido incorporadas nos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em matemática da UTFPR.

Para o desenvolvimento da pesquisa em resposta à problemática, adotou-se uma pesquisa de caráter documental, tendo como referência a análise dos projetos pedagógicos dos cursos, assim como, os planos de ensino e ementas das disciplinas que tratam da educação de alunos com necessidades especiais. Também foi realizado um questionário que foi enviado via e-mail para todos os coordenadores do curso de matemática dos Câmpus da UTFPR. Por meio desse questionário foram feitas perguntas aos coordenadores que buscam informações sobre atividades que estão sendo realizadas nos cursos de licenciatura de Matemática e que não estão explicitadas nos projetos pedagógicos do curso e ementas das disciplinas, atividades essas que podem ocorrer nos estágios obrigatórios, projetos de extensão, semanas acadêmicas e em outros eventos realizados nos cursos de licenciatura de Matemática da UTFPR.

No primeiro capítulo, tratamos de analisar, em um primeiro instante, o que a legislação brasileira dita para a formação de professores da educação básica, dando ênfase nas partes que dizem respeito à formação específica relacionada à educação inclusiva e aos alunos com necessidades especiais. Faremos uma revisão dos principais textos como a própria legislação, a lei de diretrizes e bases da educação básica e a resolução II de 2015 que dizem respeito à reformulação dos cursos de licenciatura do país, comparando essas resoluções de 2015 com as resoluções I e II de 2002 que formularam as diretrizes para a formação de docentes para a educação básica. Também, dentro deste capítulo, abordaremos as discussões que vem sendo realizadas nos mais variados meios acadêmicos, como os grupos de discussão que se encontram nos FELIMAT e EPREM, assim como, as mais recentes pesquisas e as experiências realizadas relacionadas à temática da formação de docentes para o ensino de alunos com necessidades especiais, isso também envolve os artigos que vem sendo desenvolvidos pela comunidade acadêmica.

Já no segundo capítulo, detalhamos a metodologia usada para o desenvolvimento do presente trabalho, como se realizou a obtenção dos dados da pesquisa, quais foram os métodos utilizados para a obtenção desses dados e como os analisaremos mais adiante, tendo em vista de que nosso trabalho busca analisar como as resoluções interferem nos projetos pedagógicos e, em particular, nas matrizes curriculares.

Feito isso, no terceiro capítulo temos a análise dos dados coletados das ementas das disciplinas, das bibliografias encontradas nos planos de ensino, dos projetos pedagógicos dos cursos e da pesquisa realizada com os coordenadores de curso de licenciatura em Matemática da UTFPR, tendo como base de comparação a fundamentação obtida no primeiro capítulo deste trabalho para que possamos na conclusão do trabalho determinar o nível de formação que os formandos estão recebendo dentro dos cursos de licenciatura em Matemática da UTFPR.

Por fim, as considerações finais acerca do tema, decorrentes da análise realizada dos dados obtidos e possíveis implicações para novos estudos.

1 DAS DIRETRIZES LEGAIS À EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DAS LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA

A formação, em se tratando de métodos e práticas inclusivas, para profissionais que atuam em escolas regulares, mas que possuem em suas classes alunos com necessidades educacionais especiais tem sido discutida há mais tempo que a Resolução CNE nº02/2015.

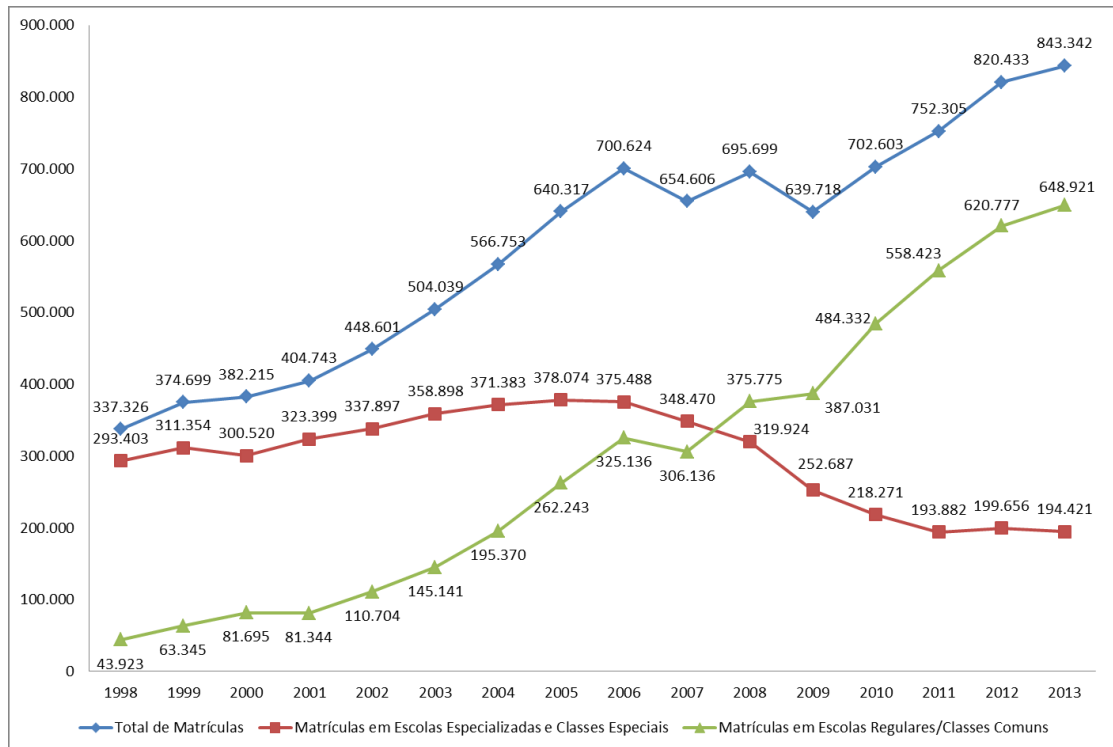
Em 1994, na Declaração de Salamanca, no artigo 41 já estava sendo proposta uma ação mais direta dentro das escolas formadoras, em relação a uma formação mais abrangente para os professores das escolas regulares: As habilidades requeridas para responder as necessidades educacionais especiais deveriam ser levadas em consideração durante a avaliação dos estudos e da graduação de professores. (p. 11)

No Brasil, tais medidas se mostraram necessárias, pois um censo escolar realizado, aqui no país, do ano de 1998 ao ano de 2013, revelou uma evolução na quantidade de matrículas, de alunos com necessidades educacionais especiais, tanto em escolas especiais como em escolas regulares:

Com relação aos dados da educação especial, o Censo Escolar registra uma evolução nas matrículas, de 337.326 em 1998 para 843.342 em 2013, expressando um crescimento de 150%. No que se refere ao ingresso em classes comuns do ensino regular, verifica-se um crescimento de 1.377%, passando de 43.923 estudantes em 1998 para 648.921 em 2013. (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2015, p.7).

O gráfico a seguir revela como a inserção de estudantes com necessidades especiais intensificou-se no cenário brasileiro:

GRÁFICO 1- Gráfico do crescimento nas Matrículas



FONTE: Política Nacional de Educação Especial (2015)

Isso nos mostra que as discussões que ocorreram em 1994 em Salamanca estavam refletindo um possível crescimento elevado e contínuo de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais que ingressavam em escolas regulares e como essa tendência de aumento de matrículas parecia só aumentar, tanto para escolas públicas quanto para as escolas de caráter privado, algumas decisões foram tomadas.

Dado que esse número de alunos com necessidades educacionais especiais só aumentava com o passar dos anos a preocupação de como melhor ensinar esses alunos ganhou mais espaço. E para resolver esse problema foi constatado que, de todas as formas, a maneira mais eficaz era capacitar os professores que estariam responsáveis pela educação desses milhares de alunos que estavam para ingressar nas escolas regulares, pois mesmo que se pudesse pensar em realocar essa quantidade enorme de alunos em escolas especializadas seria necessária a criação de novas escolas especializadas o que resultaria na formação de novos profissionais para ocuparem os cargos de docentes que se fariam necessários. A Declaração de Salamanca deixa claro que, “O menor

desafio reside na provisão de treinamento em serviço a todos os professores”. Embora o texto referia-se a treinamento, a ideia central era a de promover algum tipo de formação aos docentes para o atendimento das necessidades em destaque.

Tais discussões geraram transformações no âmbito educacional brasileiro, essas transformações, estão representadas pelas leis e resoluções que foram redigidas em seguida e que levam em conta, tanto a educação inclusiva quanto a formação de professores com base na capacitação desses profissionais para atuarem em todos os níveis e modalidades de ensino. Essas transformações serão, a seguir, objeto de estudo e serviram de base para a análise realizada neste trabalho.

1.1 INCLUSÃO NO CONTEXTO DAS DIRETRIZES PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

O primeiro documento que estudamos no decorrer deste trabalho foi a Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Embora o documento trate dos direitos e das normativas de ensino para todos os níveis da educação no Brasil, do ensino fundamental ao ensino superior, pouco se fala da formação específica relacionada à educação inclusiva que deveria ser ofertada em um curso superior de formação de professores.

Por exemplo, no capítulo V que trata da educação especial, o Artigo 59, inciso III, comenta:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996, p.19)

É estabelecido como direito do aluno de inclusão, um profissional capacitado tanto sobre o conhecimento do conteúdo da disciplina quanto do entendimento das necessidades educacionais especiais, no entanto, nada se comenta sobre como seria feita a formação desses profissionais da educação.

O capítulo VI do mesmo documento fala especificamente dos profissionais da educação, no entanto, de maneira simples traz, no Art. 61, o que deve ser oferecido como formação ao futuro professor:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I – a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II – aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. (BRASIL, 1996, p. 20)

Nesse artigo, observa-se que as diretrizes estabelecem que a formação dos profissionais da educação deva abranger o conhecimento de todos os níveis e modalidades de ensino, no entanto, não é especificada qual a forma que deveria ocorrer essa formação para as diferentes modalidades e em particular a modalidade da educação inclusiva.

Podemos perceber que as mudanças, mesmo que em um ritmo ainda lento, já haviam se iniciado, dado que uma preocupação em relação à educação dos alunos de inclusão e com a formação dos professores é demonstrada nesses artigos das diretrizes e bases da educação nacional.

Essas mudanças vieram com mais força quando o Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução nº01, de 18 de fevereiro de 2002, com o objetivo de complementar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituindo as diretrizes nacionais para a formação de professores da educação básica.

A Resolução CNE nº01/2002 traz novos princípios e fundamentos para as escolas de formação em busca de elencar pontos fundamentais acerca da capacitação dos futuros professores. Pontos esses, que são necessários para a atuação em todos os níveis e modalidades de ensino, e em se tratando da educação inclusiva como modalidade, propõem artigos em que se discute com mais clareza o que se tinha até então presente na LDB nº 9394/96.

Tratando da inclusão de um modo geral, a referida resolução traz no Artigo 2º, inciso II, “o acolhimento e trato da diversidade”, mesmo em se tratando da

diversidade e não da inclusão referente a alunos com necessidades educacionais especiais, a parte que diz “acolhimento e trato” é uma forma de inclusão, pois trata de incluir e de trazer para discussão o tema das diferenças culturais, étnicas, ideológicas, entre outras que ocorrem em nossas escolas. Essa é uma das mudanças que esta contida na Resolução CNE nº01/2002.

Não se trata de comparar a Resolução CNE nº01/2002 com a lei de diretrizes e bases da educação nacional, até porque o foco de cada um desses documentos é diferente. A Lei 9394/96 tem por objetivo formalizar o caminho da educação nacional em todos os seus níveis, já a Resolução CNE nº 01/2002 tinha o objetivo de proporcionar a formação mais adequada aos profissionais destinados a educação básica nacional. No entanto, para o presente estudo, fez-se necessário conhecer a evolução das diretrizes dos cursos de formação de professores.

Em se tratando da formação geral percebemos um plano mais concreto de formação, no entanto, ao que se diz a respeito da formação especificamente voltada para o trato dos alunos com necessidades educacionais especiais ainda está em falta atitudes mais concretas por parte das autoridades e escolas formadoras. Pois, em se tratando de educação inclusiva, relacionada a alunos com necessidades educacionais especiais na Resolução citada anteriormente temos um único artigo que contempla a temática, o Art. 6.

O Art. 6, no Parágrafo 3 e Inciso II traz a seguinte proposta:

§ 3º A definição dos conhecimentos exigidos para a constituição de competências deverá, além da formação específica relacionada às diferentes etapas da educação básica, propiciar a inserção no debate contemporâneo mais amplo, envolvendo questões culturais, sociais, econômicas e o conhecimento sobre o desenvolvimento humano e a própria docência, contemplando:

II - conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas. (BRASIL, 2002, p. 03).

O parágrafo cita que é papel das escolas de formação propiciar a inserção dos futuros professores nos debates contemporâneos contemplando, assim, diferentes áreas do conhecimento geral da sociedade e, em específico, o inciso II que cita os alunos com necessidades educacionais especiais, contudo propiciar a inserção nos debates contemporâneos, não garante que todos os futuros

professores saíssem com a formação específica adequada para o trato de alunos com necessidades educacionais especiais.

Em se tratando de legislação nacional, o primeiro passo concreto foi a inclusão da disciplina de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, nos cursos de formação. Isso ocorreu em 2005 e foi aprovado pelo Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, art. 3:

Art. 3º A LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A LIBRAS constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (BRASIL, 2005).

Seguida à legislação educacional que tratava da formação de professores no Brasil, estabelecida em 2002, tem-se em 2015 a homologação de nova resolução, com o estabelecimento da Resolução CNE nº 02/2015, em que se definem as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada de professores.

Essa nova resolução estabelece parâmetros mínimos para os cursos envolvendo seus mais diferentes aspectos como carga horária total mínima, divisão específica da carga horária em núcleos, tempo mínimo de estágio obrigatório, horas de atividades práticas como componente curricular, atividades teórico-práticas de aprofundamento e atividades formativas, que compreendem a maior parte do curso.

Permeando esses parâmetros, estão os aspectos que envolvem a temática da educação inclusiva. Esses aspectos estão contidos tanto na formação inicial quanto na formação continuada, no entanto, diferente da resolução nº 01/2002 que tratava a educação inclusiva como um aspecto facultativo, sendo que as

escolas de formação ofereciam aos seus alunos oportunidade de formação específica sobre educação inclusiva, mas não era necessário fazer parte da matriz curricular obrigatória, a Resolução CNE nº 02/2015, traz como componente necessário na matriz curricular, disciplinas que tratem da temática da educação inclusiva.

No Art. 13, Parágrafo 2, consta:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (BRASIL, 2015, p. 11).

A educação especial é uma modalidade de ensino e preparar os futuros professores para serem capazes de usar as ferramentas para a Educação Inclusiva é indispensável, pois como o principal objetivo é a inclusão deve ser prioridade inserir tais alunos nas escolas regulares, pois “escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos”. (ONU, 1994, p. 01).

O parágrafo 2 do Art. 13 da resolução, citado anteriormente, refere-se a diversas modalidades de educação, entre elas a educação especial, portanto vemos que, a partir da Resolução CNE nº 02/2015 temos a temática da educação inclusiva fazendo parte da organização das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura do país.

1.2 A INCLUSÃO NO CONTEXTO DAS LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA

Alguns estudos e discussões apontam caminhos que podem dar uma direção para as tomadas de decisões em relação à inserção do tema educação inclusiva nas Licenciaturas em Matemática. Considerando que a licenciatura ocupa um lugar de destaque na formação inicial do profissional docente é de grande importância que essa inserção aconteça, algumas dessas discussões tomam base

em importantes encontros como o FELIMAT - o Fórum Estadual das Licenciaturas em Matemática.

O FELIMAT é um evento que ocorre no Paraná e já se encontra em sua 13ª edição, tendo sido essa última realizada de 06 a 07 de junho de 2019, na cidade de Campo Mourão e teve sua 1ª edição em 2002, na cidade de Londrina. Desde a sua 5ª edição acontece anualmente em diferentes cidades do estado. Tem por característica principal “a reflexão coletiva e permanente das questões que envolvem os cursos de Licenciatura em Matemática do Paraná”. (XII FELIMAT, 2018, p. 03).

Dado que esse evento ocorre no Paraná e especificamente trata das questões que envolvem os cursos de Licenciatura em Matemática do estado possui uma grande relevância para o presente estudo, já que este trata da Educação Inclusiva no contexto das Licenciaturas em Matemática da UTFPR.

O FELIMAT tem como objetivos principais:

- possibilitar espaços de reflexão e interlocução acerca dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em Matemática nas Instituições de Ensino Superior (IES) do estado do Paraná elaborados segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura Parecer CNE/CES 01.302/2001;
- identificar as dificuldades relacionadas ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, no interior dos Cursos de Licenciaturas em Matemática, bem como sistematizar as experiências positivas;
- avaliar e debater as políticas de implementação e de modificações dos cursos de Licenciatura em Matemática decorrentes das Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial em nível superior definidas pela Resolução CNE/CP nº 2/2015; (XII FELIMAT, 2018, p. 03).

O evento tem a duração de dois dias e está organizado em palestras e grupos de discussões (GDs). Esses grupos têm por finalidade discutir pontos importantes relacionados às Licenciaturas em Matemática e tais discussões depois documentadas nos anais do evento.

Dos grupos de discussões que fazem parte do FELIMAT existe um que atende a temática tratada no presente estudo. Esse grupo é o GD 5: Ensino de

matemática na educação inclusiva: perspectivas atuais nos cursos de licenciatura em matemática.

O GD 5 esta presente no FELIMAT desde a sua 9º edição onde apareceu pela primeira vez. A 9º edição ocorreu nos dias 21 e 22 de maio de 2015 e a título de curiosidade o principal documento motivador deste estudo foi a Resolução CNE nº 02/2015, datada do dia 02 de julho de 2015.

O grupo apresenta discussões sobre a Educação Inclusiva nos cursos de Licenciatura em Matemática no estado do Paraná elencando os principais pontos relevantes da Educação Inclusiva que não são contemplados pelos cursos em suas matrizes curriculares e em outros ambientes relacionados aos cursos.

Em suas edições anteriores o GD 5 contou com um público variado, entre os presentes nas discussões estavam professores do ensino superior, alunos dos cursos de licenciatura e professores de Matemática do ensino básico muitos dos quais estavam cursando o Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná (PDE¹). A seguir estão postos os principais pontos elencados nas quatro edições do evento em que o GD 5 esteve presente.

Na 9º edição organizada pela UTFPR – Campus de Curitiba e que ocorreu nos dias 21 e 22 de maio de 2015, contou com a presença de 9 estudantes de Licenciatura e não teve a participação de formadores e pesquisadores. Discutiu-se também a necessidade de propiciar a mesma educação a todos que é uma das propostas da escola inclusiva, no entanto, fica claro para o grupo que a formação inicial recebida dentro do curso de Licenciatura não terá como dar conta de ensinar aos licenciandos sobre todas as necessidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Assim foram elencadas as seguintes necessidades como pontos norteadores para os cursos de Licenciatura em Matemática:

1. Importância da proposição de disciplinas obrigatórias ou, pelo menos, optativas no decorrer do curso;

¹Política pública de Estado regulamentado pela Lei Complementar nº 130, de 14 de julho de 2010 que estabelece o diálogo entre os professores do ensino superior e os da educação básica, através de atividades teórico-práticas orientadas, tendo como resultado a produção de conhecimento e mudanças qualitativas na prática escolar da escola pública paranaense.

2. Organização de atividades complementares que atendam a temática (projetos, ciclos de palestras, etc...);
3. Inserção da questão junto aos Colegiados e NDEs dos cursos por meio da representação dos discentes nesses Órgãos e por meio de ações institucionais do FELIMAT e SBEM;
4. Desenvolvimento de atividades de Estágio Curriculares Obrigatórios voltados a espaços inclusivos e especializados;
5. Inclusão de palestras, minicursos e oficinas sobre a temática nas Semanas Acadêmicas das Licenciaturas;
6. Proposição de programas de inclusão aos acadêmicos com necessidades especiais (núcleos de apoio e conscientização);
7. Buscar acessibilidade no meio escolar;
8. Conscientizar a comunidade acadêmica a buscar conhecimentos;
9. Promoção de atividades interdisciplinares envolvendo cursos de áreas que atendam pessoas com necessidades especiais (Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Educação Física, etc.). (IX FELIMAT, 2015, p. 41-42)

A 10ª edição, organizada pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar) – Apucarana e que ocorreu nos dias 06 e 17 de junho de 2016, contou com a participação de 28 (vinte e oito) pessoas, estes pertenciam a diferentes níveis de ensino e formação, contando com alunos de graduação, mestrado e doutorado, professores de Matemática do Ensino Superior e da Educação Básica e pedagogos. Muitos dos professores da Educação Básica que participaram das discussões do GD 5 estavam cursando o Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná - PDE.

Foi posto em discussão a concepção de Educação Matemática Inclusiva, no sentido de que as práticas matemáticas realizadas dentro das salas de aulas devem buscar incluir todos os alunos e assim uma atividade voltada para alunos com necessidades educacionais especiais também atingiria alunos regulares.

Pela grande participação de professores da Educação Básica, foram discutidos também algumas das dificuldades que estes encontram dentro das salas de aula, como a grande quantidade de alunos o que dificulta uma maior atenção aos alunos com necessidades educacionais especiais, foi citado também a lei que indica um número máximo de alunos por sala quando ocorre o caso de ser uma turma na qual se encontram “alunos inclusos”, como foi denominado pelo grupo.

No final do encontro foram elencadas as seguintes necessidades:

1. Necessidade de discussão acerca dos objetivos dos próximos FELIMAT's, já que, diferente dos primeiros (com a maioria dos participantes na condição de docentes do Ensino Superior), este contou

com uma presença considerável de professores da Educação Básica. Em que medida estes novos participantes poderão contribuir com nossas futuras discussões?

2. Criação de um evento científico em nível estadual para a temática Educação Matemática Inclusiva;
3. Implantação, nos cursos de Licenciatura, de dois espaços disciplinares para a discussão aqui apresentada. Como sugestão, podemos ter uma disciplina intitulada Práticas de Ensino de Matemática Inclusiva, e outra (que poderia ocorrer nas disciplinas denominadas Psicologia da Educação ou correlatas) para o debate acerca de quem são estes sujeitos inclusos (surdos, cegos, cadeirantes, autistas etc.).
4. Além destas, as demais disciplinas, quando necessário e pertinente, devem também promover a discussão acerca da inclusão;
5. Inserção de uma carga horária mínima para atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório em escolas especializadas no atendimento de determinados sujeitos (surdos, cegos, autistas etc), ou mesmo em salas Multifuncionais de escolas inclusivas;
6. Fortalecimento de discussões inclusivas também nos projetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID;
7. Dentre o rol das atividades denominadas como complementares (aquelas que ocorrem além das disciplinas obrigatórias ofertadas pelos cursos de licenciatura), inclusão de uma exigência de um número mínimo de atividades relacionadas à temática inclusão;
8. Promoção, por parte das instituições de Ensino Superior, de fóruns, eventos, grupos de estudo, etc., abertos para a comunidade de professores da Educação Básica;
9. Para os próximos concursos para docentes do Ensino Superior, incluir dentre os pontos de avaliação ao menos um deles para que o candidato discorra acerca da temática inclusão nas aulas de Matemática;
10. Pronunciamento, por parte da Sociedade Brasileira de Educação Matemática/Regional Paraná – SBEM/PR, com relação à mudança da lei que indica o limite de 25 (vinte e cinco) alunos em salas com a presença de estudantes inclusos, tornando a lei obrigatória;
11. Pronunciamento, por parte da SBEM/PR, com relação à necessidade de que toda cidade tenha disponível o Atendimento Educacional Especializado, ocorrendo seja ele em escolas especializadas ou, na ausência delas, nos próprios estabelecimentos de ensino inclusivos;
12. Pronunciamento, por parte da SBEM/PR, com relação à inclusão das Salas Multifuncionais em todas as escolas do Paraná;
13. Inserção de outros profissionais para o apoio às atividades escolares, como psicólogos, fisioterapeutas etc.(X FELIMAT, 2016, p. 38-40).

Na 11ª edição organizada pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e que ocorreu nos dias 01 e 02 de junho de 2017, contou com 35 (trinta e cinco) participantes: 04 (quatro) docentes da Educação Superior, 03 (três) licenciados em Matemática e 28 (vinte e oito) estudantes de licenciatura em Matemática. A primeira reflexão feita pelo grupo foi em relação à baixa representatividade do corpo docente da Educação Superior na composição do grupo e a maior participação por parte dos estudantes (em relação aos outros encontros do GD 5) que estão preocupados com o contexto da Educação Inclusiva dentro das salas de aulas da Educação Básica de escolas regulares.

No terceiro encontro feito pelo GD 5 foram elencadas as seguintes necessidades:

1. A curricularização da extensão como um caminho de implementação da educação matemática inclusiva por meio da proposição de projetos voltados à educação inclusiva: incorporar nos projetos de curso, junto aos NDE's e Colegiados, disciplinas com caráter extensionista nas ementas que garantam essa perspectiva, bem como projetos e cursos de extensão em grandes áreas no decorrer do curso; atrelar recursos do moodle ao ensino semipresencial e às ações de extensão;
2. Ampliar a representatividade das instituições nos grupos de discussão: no caso do GD5, as instituições especializadas, o núcleo regional de educação, as instâncias que atuam na educação inclusiva, os professores da Educação Básica e, principalmente, um número maior de instituições de Educação Superior;
3. Incluir nas disciplinas dos cursos transversalmente as questões de inclusão, entendendo que não basta a proposição isolada de uma ou outra disciplina, mas a necessidade de um movimento formativo que englobe as questões da educação inclusiva na constituição da identidade dos cursos;
4. Garantir carga horária mínima de estágio e de atividades complementares em situações de educação inclusiva (salas de recurso, escolas especializadas);
5. Introduzir a temática da Educação Matemática Inclusiva nos eventos de Educação Matemática, como eixo formativo nas licenciaturas e linhas de pesquisa/disciplinas nos programas de pós-graduação, que formam os formadores de professores nas licenciaturas.
6. Repensar os espaços de laboratórios de ensino de Matemática voltados à Educação Matemática Inclusiva: espaço para produção de materiais; espaço para discussão de práticas inclusivas;
7. Incluir, em disciplinas de formação pedagógica o estudo de quem são os sujeitos da educação inclusiva, bem como acerca de estratégias metodológicas específicas;
8. Aproveitar a existência de projetos PIBID para a abordagem da EMI
9. Incorporar nos eventos de modelagem (EPMEM e CNMEM) as discussões da EMI. (XI FELIMAT, 2017, p. 56-57).

Na 12ª edição organizada pela Unicentro, em Guarapuava e que ocorreu nos dias 23 e 24 de Agosto de 2018, contou com a participação de 14 (catorze) pessoas, 04 (quatro) docentes e 10(dez) licenciandos.

A 12ª edição do evento fez em um primeiro momento um apanhado das informações relacionadas ao GD 5, listadas nos anais dos eventos anteriores, listando novamente todas as sugestões e pontos elencados em outros FELIMAT's e foi feita uma análise desses tópicos.

Nessa análise foi notado que nos anais das três edições anteriores alguns pontos estavam se repetindo entres os pontos elencados pelos participantes das reuniões do GD 5:

Apenas uma rápida análise das sugestões contidas nos três relatórios dos eventos anteriores nos permite inferir que algumas delas se repetem, a saber: as que se referem às disciplinas específicas abordando temáticas de educação Matemática inclusiva; as que se referem ao estágio supervisionado; as que se referem às discussões de temas da EMI, transversalmente; às que se referem à inclusão de temas de EMI em eventos ou atividades de extensão. (XII FELIMAT, 2018, p. 24).

Após esse resumo foram feitas as seguintes reflexões, agora discutindo outros pontos como a repercussão do GD 5 nas Licenciaturas em Matemática do Paraná e principalmente a falta da representatividade docente nas discussões:

1. Os professores do Ensino Superior ainda não “sentiram” a presença dos estudantes inclusos, o que já é uma realidade na Educação Básica. Ou seja, se o número de alunos com necessidades educativas especiais aumentou significativamente nas escolas, o mesmo ainda não se refletiu no mesmo nível nas universidades, o que, acreditamos, deverá se acentuar nos próximos anos;
2. Temos a necessidade de pensar em atividades a serem desenvolvidas por todos os alunos em sala de aula (atividades inclusivas) - nesse sentido, a quase despreocupação das licenciaturas com essa temática se apresenta como um complicador, já que não discutir práticas nessa perspectiva corrobora com a manutenção de uma prática que exclui determinados sujeitos para os quais as ferramentas matemáticas (docentes, materiais etc.) disponíveis não são suficientes;
3. A aula pensada para aquele que mais necessita de atenção às suas especificidades contribuirá para o aprendizado de um número maior de estudantes (ao contrário de uma atividade pensada para quem aprende com facilidade);
4. Não conseguiremos abordar todas as temáticas na formação. Precisamos discutir na formação: quais os princípios mais gerais de uma educação inclusiva (atividades inclusivas, princípio de igualdade no desenvolvimento das tarefas para os diferentes, princípio de equidade etc.);
5. Precisamos escutar mais nossos estudantes em situação inclusiva (os reais e não as “esferas perfeitas no vácuo”), bem como outros agentes envolvidos e necessários para o sucesso escolar desses (intérpretes, educadores especiais, familiares, pedagogos etc.), tornando o diálogo uma importante possibilidade pedagógica;
6. Repensar a avaliação para estudantes com necessidades específicas, para que ela seja feita de fato (envolvam realmente os estudantes inclusos);
7. Retirar o foco do indivíduo incluído, passando-o para o meio (nós “deficientizamos” os estudantes);
8. A contribuição mais evidente da inclusão na atualidade é que estamos falando mais acerca desses sujeitos, que antes sequer eram notados, ou mesmo eram silenciados;
9. A inclusão está “obrigando” a escola a se reinventar, atingindo a todos (indiretamente) – pela legislação, pela presença dos sujeitos;
10. A importância de que exigências legais garantam o atendimento/a discussão acerca da escolarização dos estudantes com NEE em um período de transição paradigmática, de uma escola excludente para outra, ainda desejada, a inclusiva;
11. Precisamos falar mais acerca desses sujeitos coletivamente, aproximando os interesses dos professores formadores, dos estudantes e professores da Educação Básica, aproximando os saberes acadêmicos dos profissionais, e vice-versa;

12. Os cursos precisam inserir a discussão acerca dos sujeitos da escola, aqueles que estão na condição de aprendizes. (XII FELIMAT, 2018, p. 26-28).

No final ficou definida a necessidade da criação de um Fórum permanente das Licenciaturas em Matemática do Paraná com o objetivo de manter um debate contínuo e facilitar a divulgação das propostas.

Dos estudos documentados nos anais dos últimos FELIMAT's em relação à educação matemática inclusiva é possível concluir-se que a formação inicial não dará conta de todas as nuances que perpassam a formação docente para a atuação nesse cenário inclusivo, Por outro lado, as discussões corroboram para o entendimento de que essa discussão precisa estar cada vez mais presente e em contextos coletivos de articulação universidade-escola.

2 METODOLOGIA

Para responder à problemática de pesquisa: Como as questões da inclusão destacadas nas diretrizes curriculares para a formação inicial de professores vêm sendo contempladas nos projetos pedagógicos e concretizadas em ações dos cursos das licenciaturas em matemática da UTFPR? Adotou-se a pesquisa de caráter documental, a partir dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em Matemática situados nos campus de Cornélio Procópio, Curitiba, Pato Branco e Toledo.

Inicialmente a análise documental partiu do estudo das matrizes curriculares de cada curso para assim encontrarmos informações mais detalhadas das disciplinas que possuem discussões acerca da educação inclusiva, necessidades educacionais especiais ou inclusão em seus nomes. Depois dessa busca nas matrizes fez-se uma busca mais detalhada nos Projetos Pedagógicos dos cursos, para encontrarmos informações mais precisas das disciplinas encontradas na matriz curricular de cada curso/campus. Tais informações consistiam em: Ementa, bibliografia, objetivos, distribuição da carga horária da disciplina, período em que é ofertada, se é optativa ou se é obrigatória e se possui ou não pré-requisito para ser cursada.

Desta maneira foi possível identificar de forma simplificada, as informações necessárias acerca do que está sendo ofertado de disciplinas destinadas à formação de futuros docentes da educação básica e vinculadas à educação inclusiva, pois consta nos projetos pedagógicos do curso quais são essas disciplinas e quais são os pontos abrangidos dentro de suas ementas que fazem referência a formação de docentes para a educação de jovens com necessidades especiais.

No entanto, limitar um estudo dos projetos pedagógicos dos cursos a partir das disciplinas de educação inclusiva e suas ementas pode não revelar uma análise mais profunda do que o curso de licenciatura em Matemática realiza e oferta para a formação dos alunos inscritos no curso. Assim fez-se necessário, na sequência, uma pesquisa mais profunda dentro dos cursos, envolvendo não somente as atividades obrigatórias ditadas pelo projeto pedagógico e que são

realizadas no decorrer do curso, mas também atividades complementares desenvolvidas no curso de caráter livre, tais como projetos de extensão, semanas acadêmicas, atividades suplementares realizadas dentro dos estágios, dentre outras.

Nessa perspectiva foi formulado um questionário (Apêndice1) via Google Forms, no qual constavam questões sobre possíveis atividades realizadas dentro do curso que estivessem de alguma forma tornando possível uma formação mais completa para os alunos que fazem parte do curso. Assim para a formulação desse questionário usamos como base alguns dos pontos elencados anteriormente no grupo de discussão GD5: Ensino de matemática na educação inclusiva: perspectivas atuais nos cursos de licenciatura em matemática.

O questionário foi enviado aos coordenadores dos cursos de Licenciatura em Matemática dos Câmpus da UTFPR. Dos quatro Câmpus, dois responderam, o Campus de Cornélio Procópio e o Campus de Curitiba.

Tendo realizado isso, teríamos uma compreensão mais completa do que esta sendo feito dentro das obrigações dos cursos e também o que os cursos estão disponibilizando de formação, além do pedido pela legislação vigente e a partir desse ponto pudemos fazer uma análise mais profunda do quadro geral em que se encontram os cursos de licenciatura em Matemática da UTFPR.

Para mapear essas informações fizemos uma separação por campus, como são quatro os campus onde se oferta o curso ficaria assim mais fácil de separar e organizar a informação obtida tanto pelos documentos quanto pelas informações que foram coletadas através do questionário. Foi notado que as informações que recolhemos poderiam ser postas em quadros ou tabelas e assim tornar mais simples a análise e comparação desses dados com o que foi proposto ser a base no capítulo anterior deste trabalho.

Junto das informações coletadas, que serão dispostas a seguir, faremos também uma breve apresentação de cada curso de cada campus, data do início dos cursos, em que ano foram aprovadas e realizadas as mudanças das matrizes antigas pelas matrizes novas, reescritas com base nas normas dispostas na

Resolução CNE N°02, de julho de 2015, outros dados como carga horária de cada curso também serão adicionados ao trabalho.

2.1 Apresentações dos cursos em análise

2.1.1 Licenciatura em Matemática campus Cornélio Procópio

O curso de licenciatura em Matemática do campus de Cornélio Procópio teve início no 1º semestre de 2011, o curso é administrado durante o turno noturno, a matriz antiga ficou vigente até o 1º semestre de 2017 e contava com uma carga horária de 3050 horas, após a publicação da resolução 02 de julho de 2015, a nova matriz foi reformulada seguindo as recomendações da resolução e, assim, ficou com uma carga horária de 3240 horas.

A divisão das horas depende da Comissão para Elaboração dos Ajustes do Projeto Pedagógico de Curso e, portanto, o campus de Cornélio Procópio, segundo o próprio projeto pedagógico reformulado, divide as 3240 horas que compõem a matriz curricular da seguinte forma.

Conforme a Resolução CNE/CP nº 2/2015, a nova matriz curricular passou a ser formada pelo conjunto de disciplinas pertencentes aos seguintes núcleos:
 I-Núcleo de formação geral (NFG) das áreas específicas e interdisciplinares;
 II-Núcleo de aprofundamento e diversificação (NAD) de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos;
 III-Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular (NEI).
 (Proposta de alteração do projeto pedagógico do curso de licenciatura em Matemática campus Cornélio Procópio)

TABELA 1_ Carga horária do curso de Cornélio Procópio

Divisão de componentes comuns	Aulas	Horas
Prática como componente curricular	498	415
Estágio curricular supervisionado	480	400
Atividades formativas estruturadas pelos núcleos I e II	2670	2225
Atividades teórico-práticas estruturadas pelo núcleo III	240	200
Total	3888	3240

FONTE: PPC do curso de Cornélio Procópio, 2017.

Dessas 3240 horas totais que compõem a duração total do curso de licenciatura em Matemática do campus Cornélio Procópio, nos atentaremos nas disciplinas obrigatórias e nas disciplinas de caráter optativo que fazem referência ao tema da educação inclusiva. Seguem no quadro a seguir as disciplinas que fazem referencia ao tema da educação inclusiva.

QUADRO 1-Disciplinas de educação inclusiva do cursode Cornélio Procópio

Campus	Cornélio Procópio.
Detalhes	
Carga Horária do curso.	3240h
Disciplina Obrigatória de educação inclusiva.	Inclusão E Educação Matemática. (C.H-45h).
Disciplina Optativa de educação inclusiva.	Aspectos Complementares De Inclusão Em Ambientes Educacionais. (C.H-30h).

FONTE: PPC do curso de Cornélio Procópio, 2017.

Pelo quadro anterior percebemos que, atualmente, na grade do Campus de Cornélio Procópio estão dispostas duas disciplinas que buscam disponibilizar alguns dos conhecimentos básicos sobre os mais variados tipos de necessidades que os profissionais formados na licenciatura em Matemática podem encontrar em seu ambiente de trabalho.

Analisamos as ementas de cada uma dessas matérias para termos a noção do que realmente cada disciplina se propôs a expor no decorrer do curso e quais seus objetivos a serem alcançados até o final do semestre.

A disciplina de caráter obrigatório, Inclusão e Educação Matemática, é ofertada no terceiro período do curso de licenciatura em Matemática do campus, não possui pré-requisito para ser cursada e possui uma carga horaria de 45 horas, sendo que essas horas são divididas da seguinte forma: Aulas Teóricas com 34 horas/aulas, Aulas Práticas com 00 hora/aula, Atividades Práticas Supervisionadas com 03horas/aulas e Atividades Práticas como Complemento Curricular com 17horas/aulas o que resulta num Total de 54horas/aulas.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso a ementa para esta disciplina consiste em:

Ementa: O paradigma da inclusão no ensino regular de Matemática e as implicações educacionais. Normatização da Educação Inclusiva no Brasil. Metodologias de ensino de Matemática para as diferentes necessidades especiais dos estudantes. (PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA CÂMPUS CORNÉLIO PROCÓPIO, p. 25).

Para esta disciplina o plano de ensino, que esta disponível na matriz curricular do curso, possui os seguintes objetivos:

QUADRO 2-Objetivos da disciplina: Inclusão E Educação Matemática

Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar o paradigma da inclusão no ensino regular e as implicações educacionais para o ensino de matemática. • Discutir metodologias de ensino de matemática que favoreçam a inclusão de diferentes necessidades especiais de estudantes no ensino regular. • Instrumentalizar o futuro professor para lidar com a inclusão em aulas de matemática.

FONTE: Plano de ensino da disciplina.

A bibliografia básica sugerida no plano de ensino da disciplina contém três livros:

QUADRO 3_Bibliografia da disciplina: Inclusão E Educação Matemática

Bibliografia Básica
FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. Educação inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
MAGALHÃES, R. C. B. P. (Org.). Educação inclusiva: escolarização, política e formação docente. Brasília: Líber Livros, 2011.
NOGUEIRA, C. M. I. (Org). Surdez, inclusão e matemática. Curitiba: CRV, 2013.

FONTE: plano de ensino da disciplina.

Para a disciplina de caráter optativo, Aspectos Complementares de Inclusão em Ambientes Educacionais não possui pré-requisito para ser cursada e possui uma carga horária de 30 horas, sendo que essas horas são divididas da seguinte

forma: Aulas Teóricas com 34 horas/aulas, Aulas Práticas com 00 hora/aula, Atividades Práticas Supervisionadas com 02horas/aulas e Atividades Práticas como Complemento Curricular com 00hora/aula o que resulta num Total de 36horas/aulas.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso a ementa para esta disciplina consiste em:

Ementa: A inclusão como um direito e um dever dos educadores brasileiros. Inclusão em sentido amplo: para além das deficiências e supercapacidades ou altas habilidades. Poruma escola acolhedora, libertária e capaz de lidar com a diversidade de necessidades e de capacidades. Novas questões educacionais relacionadas à Inclusão. A Educação em Direitos Humanos como instrumento de sensibilização das relações e promotora da inclusão escolar. Leitura e produção de textos. (PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA CÂMPUS CORNÉLIO PROCÓPIO, p. 69)

Para esta disciplina, não havia plano de ensino disponível na matriz curricular como na disciplina anterior por isso não temos informação sobre os objetivos da disciplina e nem sobre a bibliografia básica, pois não havia nenhuma turma cadastrada no segundo semestre de 2019.

2.1.2 Licenciatura em Matemática campus Curitiba

Seguindo em ordem alfabética pelos nomes dos campi, temos o curso de licenciatura em Matemática do campus de Curitiba que teve início no 1º semestre de 2011, o curso é administrado durante o turno matutino, a matriz reformulada foi aprovada no final do ano de 2016, no entanto, a matriz antiga ficou vigente até o 1º semestre de 2017 e contava com uma carga horária de 3110 horas, após a publicação da resolução 02 de julho de 2015, a nova matriz foi reformulada seguindo as recomendações da resolução e, assim, ficou com uma carga horária de 3305 horas.

A divisão das horas depende da Comissão para Elaboração dos Ajustes do Projeto Pedagógico de Curso e, portanto, o campus de Curitiba, segundo o próprio Projeto Pedagógico reformulado, divide as 3305 horas que compõem a matriz curricular da seguinte forma.

TABELA 2- Carga horária do curso de Curitiba

Divisão de componentes comuns	Aulas	Horas
Atividades integradoras para enriquecimento curricular	240	200
Estagio supervisionado obrigatório	486	405
Atividades formativas	2760	2300
Atividades Práticas como componente curricular	480	400
Total	3966	3305

FONTE: PPC do curso de Curitiba, 2016.

Dessas 3305 horas totais que compõem a duração total do curso de licenciatura em Matemática do campus Curitiba, nos atentaremos nas disciplinas obrigatórias e nas disciplinas de caráter optativo que fazem referencia ao tema da educação inclusiva. Seguem no quadro abaixo as disciplinas que fazem referencia ao tema da educação inclusiva.

QUADRO 4-Disciplinas de educação inclusiva do cursode Curitiba

Campus	Curitiba
Detalhes	
Carga Horaria do curso	3305h
Disciplina Obrigatória de educação inclusiva	Educação Inclusiva E Diversidade. (C.H-45h)
Disciplina Optativa de educação inclusiva	Ensino De Matemática E Necessidades Educacionais Específicas. (C.H-60h)

FONTE:PPC do curso de Curitiba, 2016.

A disciplina de caráter obrigatório presente na matriz do curso de licenciatura em Matemática do campus de Curitiba tem por nome, Educação Inclusiva E Diversidade, é ofertada no quinto período do curso, possui como pré-requisito a disciplina Psicologia da Educação e sua carga horaria consiste em: Aulas Teóricas com 39 horas/aulas, Aulas Práticas com 00 hora/aula, Atividades Práticas Supervisionadas com 03horas/aulas e Atividades Práticas como Complemento Curricular com 12horas/aulas o que resulta num Total de 54horas/aulas.

Segundo o projeto pedagógico do curso a ementa para esta disciplina consiste em:

Ementa: Educação Inclusiva e a Diversidade como referência para repensar as construções políticas e legais. O Desafio da Desigualdade Social e Educacional. A Mudança dos Paradigmas, a inclusão e as Reformas da Escola. Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. (PROPOSTA DE AJUSTE NA MATRIZCURRICULAR DO CURSO DELICENCIATURA EM MATEMÁTICA CAMPUS CURITIBA, p. 41).

E possui como objetivo:

QUADRO 5- Objetivos da disciplina: Educação inclusiva e Diversidade

Objetivo
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir os princípios norteadores da Educação Inclusiva e diversidade contextualizando historicamente e, proporcionando ao aluno um espaço de reflexão sobre as políticas públicas no contexto da Educação.

FONTE: Plano de ensino da disciplina

A bibliografia básica proposta para esta disciplina pelo plano de ensino é composta por três bibliografias:

QUADRO 6-Bibliografia da disciplina: Educação inclusiva e diversidade

Bibliografia Básica
VIZIM, M.; SILVA, S. (org). Políticas Públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiência. Campinas: Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil, 2003.
GÓES, M.C.R.; LAPLANE, A.L.F. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2013.
COLL, César. Desenvolvimento psicológico e educação. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v. (Biblioteca Artmed). ISBN 8536302275 (v.1).

FONTE: Plano de ensino da disciplina.

Para a disciplina de caráter optativo, Ensino De Matemática E Necessidades Educacionais Específicas possui pré-requisito para ser cursada que são as matérias Didática da Matemática A e Educação Inclusiva e Diversidade e possui uma carga horaria de 60 horas, sendo que essas horas são divididas da seguinte forma: Aulas Teóricas com 68 horas/aulas, Aulas Práticas com 00 hora/aula,

Atividades Práticas Supervisionadas com 04horas/aulas e Atividades Práticas como Complemento Curricular com 00hora/aula o que resulta num Total de 72horas/aulas.

Segundo o projeto pedagógico do curso a ementa para esta disciplina consiste em:

Ementa: Ensino para pessoas com necessidades educacionais específicas. Ensino de Matemática para estudantes com necessidades especiais específicas. Ensino para estudantes com necessidades especiais para o aprendizado de matemática. (PROPOSTA DE AJUSTE NA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA CAMPUS CURITIBA, pag. 43)

Assim como para a disciplina anterior de caráter optativo, a disciplina optativa do curso de licenciatura em matemática do campus Curitiba também não possuiu plano de ensino disponível na matriz curricular por isso não temos informação sobre os objetivos da disciplina e nem sobre a bibliografia básica.

2.1.3 Licenciatura em Matemática campus Pato Branco

O próximo curso de licenciatura em Matemática presente nos campus da UTFPR é do campus de Pato Branco que teve início no ano de 1996, o curso possuía uma matriz em formato anual até a reformulação exigida pela resolução 02 de julho de 2015, a partir de então adotaram o sistema semestral, o curso é administrado durante o turno noturno, a matriz reformulada foi aprovada no ano de 2017, a matriz antiga ficou vigente até o ano de 2017 e contava com uma carga horária de 3210 horas, após a publicação da resolução 02 de julho de 2015, a nova matriz foi reformulada seguindo as recomendações da resolução e, assim, ficou com uma carga horária de 3315 horas.

O Curso de licenciatura em Matemática pertencente ao campus de Pato Branco é o curso que possui a maior carga horária total dentre os quatro cursos que compõem os cursos de licenciaturas em Matemática da UTFPR e essas 3315 horas, segundo o projeto pedagógico reformulado, foram então divididas da seguinte forma:

TABELA 3- Carga horária do curso de Pato Branco

Divisão de componentes comuns	Aulas	Horas
Atividades teórico-Práticas de Aprofundamento	240	200
Estagio supervisionado obrigatório	480	400
Atividades formativas	2594,4	2162
Atividades Práticas como componente curricular	591,6	493
Disciplinas optativas	72	60
Total	3978	3315

FONTE: PPC do curso de Pato Branco, 2017.

Dessas 3315 horas totais que compõem a duração total do curso de licenciatura em Matemática do campus Pato Branco, nos deteremos nas disciplinas obrigatórias e nas disciplinas de caráter optativo que fazem referencia ao tema da educação inclusiva. Seguem no quadro abaixo as disciplinas que fazem referencia ao tema da educação inclusiva.

QUADRO 7-Disciplinas de educação inclusiva do cursode Pato Branco

Campus	Pato Branco
Detalhes	
Carga Horaria do curso	3315h
Disciplina Obrigatória de educação inclusiva	Diversidade, Direitos Humanos E O Ensino Da Matemática. (C.H-90h)
Disciplina Optativa de educação inclusiva	Educação Inclusiva E Ensino Da Matemática.(C.H-60h)

FONTE: PPC do curso de Pato Branco, 2017.

A disciplina de caráter obrigatório, Diversidade, Direitos Humanos e O Ensino Da Matemática, é ofertada no terceiro período do curso de licenciatura em Matemática do campus de Pato Branco, possui pré-requisito para ser cursada que é a disciplina Políticas Públicas, Gestão Escolar e a História da Matemática, e possui uma carga horaria de 90 horas, sendo que essas horas são divididas da seguinte forma: Aulas Teóricas com 68 horas/aulas, Aulas Práticas com 00 hora/aula, Atividades Práticas Supervisionadas com 06horas/aulas, Aulas a

distancia com 34 horas/aulas e Atividades Práticas como Complemento Curricular com 00hora/aula o que resulta num Total de 108horas/aulas.

Segundo o projeto pedagógico do curso a ementa para esta disciplina consiste em:

Ementa: Direitos humanos. Diversidades e ensino da Matemática (Educação escolar indígena. Educação do campo. Educação escolar quilombola. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Educação ambiental). Educação especial. Educação de jovens e adultos. Educação profissional e técnica de nível médio. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DELICENCIATURA EM MATEMÁTICA DO CAMPUS DE PATO BRANCO, pag. 75)

Tem como objetivo:

QUADRO 8-Objetivos da disciplina: Diversidade, Direitos Humanos E O Ensino Da Matemática.

Objetivo
<ul style="list-style-type: none"> Estudar as relações entre educação, trabalho, diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea, confrontando-as com a prática do professor de matemática.

FONTE: Plano de ensino da disciplina.

A bibliografia básica proposta para esta disciplina pelo plano de ensino é composta por onze bibliografias:

QUADRO 9 Bibliografia da disciplina: Diversidade, Direitos Humanos E O Ensino Da Matemática

Bibliografia Básica
HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. A África na sala de aula: visita à história contemporânea. 2. ed. rev. São Paulo: Selo Negro, 2008.
NOGUEIRA, C. M. I. (Org.) Surdez, Inclusão e Matemática. Curitiba: CRV, 2013.
FONSECA, Maria da Conceição F. R. Educação matemática de jovens e adultos: especificidades, desafios e contribuições. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2002. 113 p ISBN 85-7526-056-1.
NOGUEIRA, Célia Maria Ignatius; KATO, Lilian Akemi; BARROS, Rui Marcos de O. Teoria e prática em educação matemática: aproximação da universidade com a sala de aula. Maringá, PR: EDUEM, 2010. 260p. ISBN 9788576282181.

GERDES, Paulus. Da etnomatemática a arte-design e matrizes cíclicas. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010. 182 p.(Coleção Tendências em educação matemática). ISBN 9788575264775 (broch.).
STAINBACK, Susan Bray; STAINBACK, William C. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre, RS: Artmed, 1999.451 p. ISBN 9788573075823.
BRASIL. LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: Senador Federal, 1996.
BRANCO, Sandra. Educação ambiental: metodologia e prática de ensino. Rio de Janeiro: Dunya, 2003. 80 p. ISBN 85-86558-21-4
CECÍLIO, Maria Aparecida; BRANDÃO, Elias Canudo. Educação: campo e cidade - territórios do saber. Maringá: Massoni,2006. 110 p. ISBN 85-88905-56-6
OLIVEIRA, Lucia Marisy Souza Ribeiro de; FLORES, Fulvio Torres. Escola do campo: espaço de vida e de trabalho: aeducação rompendo paradigmas. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2013. 376 p. ISBN 9758580428476.
FERREIRA, Ricardo Franklin. Afrodescendente: identidade em construção . 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Pallas, São Paulo, SP: FAPESP, 2004.

FONTE: Plano de ensino da disciplina.

Para a disciplina de caráter optativo, Educação Inclusiva E Ensino Da Matemática possui pré-requisito para ser cursada que é a disciplina Didática da Matemática e possui uma carga horaria de 60 horas, sendo que essas horas são divididas da seguinte forma: Aulas Teóricas com 68 horas/aulas, Aulas Práticas com 00 hora/aula, Atividades Práticas Supervisionadas com 04horas/aulas e Atividades Práticas como Complemento Curricular com 00hora/aula o que resulta num Total de 72horas/aulas.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso a ementa para esta disciplina consiste em:

Introdução a fundamentos e documentos oficiais relativos à Educação Inclusiva. A formação do professor de matemática para a inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais. Reflexões sobre pesquisas e ações educativas desenvolvidas na interface entre Ensino de Matemática e Educação Inclusiva. Atividades para o Ensino de

Matemática, em uma perspectiva inclusiva. (PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DO CAMPUS DE PATO BRANCO, p. 88)

E possui os seguintes objetivos de ensino:

QUADRO 10- Objetivos da disciplina: Educação Inclusiva E Ensino Da Matemática

Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> ● Promover reflexões sobre questões conceituais relativas à Educação Inclusiva, no contexto do Ensino de Matemática. ● Propiciar o desenvolvimento de habilidades como organização e senso crítico para planejamento, execução e avaliação de estratégias didáticas voltadas para o Ensino de Matemática inclusivo. ● Oferecer um espaço para debates a respeito dos fundamentos, políticas governamentais e práticas da Educação Inclusiva.

FONTE: Plano de ensino da disciplina.

2.1.4 Licenciatura em Matemática campus Toledo

E por fim temos o curso de licenciatura em Matemática do campus de Toledo teve início no 2º semestre de 2011, o curso é administrado durante o turno noturno, não foi possível recolher informações de até quando a antiga matriz ficou vigente e nem de quando a nova matriz entrou em vigor, após a publicação da resolução 02 de julho de 2015, a nova matriz foi reformulada seguindo as recomendações da resolução e, assim, ficou com uma carga horária de 3240 horas, mesma carga horária do curso ofertado pelo campus de Cornélio Procópio.

TABELA 4- Carga horária do curso de Toledo

Divisão de componentes comuns	Aulas	Horas
Atividades teórico-Práticas de Aprofundamento	216	180
Estágio supervisionado obrigatório	480	400
Atividades formativas	3192	2660
Total	3888	3240

FONTE: Matriz curricular do curso.

Dessas 3240 horas que compõem a carga horária total do curso de licenciatura em Matemática do campus de Toledo nos atentamos as matérias que incluem ou fazem menção de alguma forma a temática da formação de

professores com relação ao tema da educação inclusiva no contexto geral ou no contexto da educação matemática.

QUADRO 11-Disciplinas de educação inclusiva do curso de Toledo.

Campus	Toledo.
Detalhes	
Carga Horária do curso.	3240h
Disciplina Obrigatória de educação inclusiva.	Educação Matemática Inclusiva. (C.H-45).

FONTE: Matriz curricular do curso

A disciplina de caráter obrigatório, Educação Matemática Inclusiva, é ofertada no terceiro período do curso de licenciatura em Matemática do campus de Toledo, não possui pré-requisito para ser cursada e possui uma carga horária de 45 horas, sendo que essas horas são divididas da seguinte forma:

QUADRO 12: Distribuição das horas na semana e no período

Carga Horária					
AT	AP	APS	ANP	APCC	Total
3	0	3	17	16	45
AT: Atividades Teóricas (aulas semanais). AP: Atividades Práticas (aulas semanais). ANP: Atividades não presenciais (horas no período). APS: Atividades Práticas Supervisionadas (aulas no período). APCC: Atividades Práticas como Componente Curricular (aulas no período, esta carga horária está incluída em AP e AT). Total: carga horária total da disciplina em horas.					

FONTE: Plano de ensino da disciplina.

Segundo o projeto pedagógico do curso a ementa para esta disciplina consiste em:

O paradigma da inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular de/ Matemática e as implicações educacionais; metodologias de ensino de Matemática adequado às diferentes necessidades especiais. (Plano de ensino, p. 1)

E possui os seguintes objetivos, explicitados no plano de ensino da disciplina:

QUADRO 13- Objetivos da disciplina: Educação Matemática Inclusiva

Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> ● Refletir e analisar sobre políticas públicas educacionais de inclusão social e as tendências da Educação Matemática neste contexto. ● Integrar conhecimentos teóricos a práticas de elaboração de materiais didáticos para ensino em escolas para pessoas especiais voltados para a inclusão social.

FONTE: Plano de ensino da disciplina.

A bibliografia básica proposta para esta disciplina pelo plano de ensino é composta por:

QUADRO 14-Bibliografia da disciplina: Educação Matemática Inclusiva

Bibliografia Básica
MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2. ed. São Paulo, SP: Moderna, 2006. 95p. (Cotidiano). ISBN 8516052680.
CARVALHO, Rosita Edler. Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2012. 150 p. ISBN 978-85-7706-026-9.
DINIZ, Margareth. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas: avanços e desafios. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2012. 110 p. ISBN 9788565381536.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 152 p. ISBN 9788532636775.
MACEDO, Lino de. Ensaios pedagógicos: como construir uma escola para todos? Porto Alegre: Artmed, 2005. vii, 167p. (Biblioteca Artmed) ISBN 8536303662.

FONTE: Plano de ensino da disciplina.

O curso de licenciatura em Matemática do campus de Toledo é o único curso, no qual, consta na matriz curricular uma única disciplina que trata de educação inclusiva.

Em síntese a posição da temática da educação inclusiva nos projetos das licenciaturas em Matemática nos quatro cursos apresenta-se da seguinte maneira:

QUADRO 15-Quadro de todas as disciplinas de educação inclusiva.

Campus Detalhes	Cornélio Procópio	Curitiba	Pato Branco	Toledo
Carga Horaria do curso	3240h	3305h	3315h	3240h
Disciplinas Obrigatórias de educação inclusiva	Inclusão E Educação Matemática. (C.H-45h)	Educação Inclusiva E Diversidade. (C.H-45h)	Diversidade , Direitos Humanos E O Ensino Da Matemática. (C.H-90h)	Educação Matemática Inclusiva. (C.H-45)
Disciplinas Optativas de educação inclusiva	Aspectos Complementares De Inclusão Em Ambientes Educacionais. (C.H-30h)	Ensino De Matemática E Necessidades Educacionais Específicas. (C.H-60h)	Educação Inclusiva E Ensino Da Matemática. (C.H-60h)	

FONTE: O Autor.

Vemos que em resumo temos para Cornélio Procópio, Curitiba e Pato Branco, duas disciplinas cada campus sendo uma de caráter obrigatório e outra de caráter optativo, já Toledo possui somente uma disciplina de caráter obrigatório em sua matriz curricular.

Vale lembrar também que todos os cursos possuem a Linguagem brasileira de Sinais – LIBRAS, em suas matrizes curriculares, pois são obrigatórias em todos os cursos de Licenciatura do país desde 2005. Cornélio Procópio, Curitiba e Pato Branco possuem a disciplina sob o nome de LIBRAS I e LIBRAS II cada uma com 30 horas de duração, e Toledo possui uma única disciplina sob o nome de LIBRAS com duração de 60 horas.

Os Câmpus Cornélio Procópio, Curitiba e Pato Branco possuem a mesma ementa para as disciplinas. LIBRAS I possui como ementa: Línguas de sinais e minoria linguística; as diferentes línguas de sinais; status da língua de sinais no Brasil; cultura surda; organização linguística da LIBRAS para usos informais e cotidianos: vocabulário; morfologia; sintaxe e semântica; a expressão corporal como elemento linguístico. E LIBRAS II possui como ementa: A educação de surdos no Brasil. Cultura surda e a produção literária. Emprego da LIBRAS em

situações discursivas formais: vocabulário; morfologia; sintaxe e semântica, Prática do uso da LIBRAS em situações discursivas mais formais.

O campus de Toledo possui uma ementa diferente, talvez por se tratar de uma disciplina única. LIBRAS possui como ementa: Concepção da Língua Brasileira de Sinais e sua contribuição na sociedade inclusiva. Conceitos e habilidades necessárias para a aquisição da LIBRAS. Conteúdos gerais para comunicação visual, baseada em regras gramaticais da Língua de Sinais e do Segmento das Pessoas Surdas. Estudo para encaminhamentos teórico e metodológico de estudantes surdos inclusos na educação básica.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS LICENCIATURAS EM MATEMÁTICA: UM OLHAR A PARTIR DAS DISCIPLINAS, EMENTAS E PRÁTICAS INCLUSIVAS

Este estudo buscou analisar como as questões da educação inclusiva estão presentes nos projetos dos cursos de Licenciatura em Matemática da UTFPR, bem como concretizadas em ações dos cursos das Licenciaturas em Matemática para através disso, contemplando a Resolução CNE nº 02/2015 e os apontamentos feitos nos FELIMAT's pelo GD 5, entendermos o panorama da formação em Educação Inclusiva na Licenciatura em Matemática da UTFPR.

De posse desses dados, recolhidos e citados anteriormente, a análise foi organizada em três categorias:

1. Educação Inclusiva geral para formação de professores.
2. Educação Inclusiva específica para a formação de professores de Matemática.
3. Educação Inclusiva em ações dos cursos das licenciaturas em matemática

3.1 UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO GERAL EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No curso de Licenciatura em Matemática do campus de Cornélio Procopio existem três disciplinas de formação em Educação Inclusiva de caráter geral, são elas: Aspectos Complementares de Inclusão em Ambientes Educacionais (30h), LIBRAS I (30h) e LIBRAS II (30h). Contabilizando a quantidade de horas dispostas na matriz temos 90 horas de formação geral em Educação Inclusiva.

LIBRAS é uma disciplina de caráter obrigatório nos cursos de Licenciatura em Matemática, constitui uma formação de caráter geral nos cursos e serve, como fonte de conhecimento sobre a cultura surda e de suporte prático para o professor, em se tratando de metodologias de ensino e comunicação básica, caso venha a ter algum aluno surdo dentro de sala de aula mesmo o aluno tendo direito a um interprete.

A disciplina, Aspectos Complementares de Inclusão em Ambientes Educacionais, constitui na matriz curricular uma disciplina de caráter optativo.

A ementa contempla os seguintes pontos: A inclusão como um direito e um dever dos educadores brasileiros. Inclusão em sentido amplo: para além das deficiências e supercapacidades ou altas habilidades. Por uma escola acolhedora, libertária e capaz de lidar com a diversidade de necessidades e de capacidades. Novas questões educacionais relacionadas à Inclusão. A Educação em Direitos Humanos como instrumento de sensibilização das relações e promotora da inclusão escolar. Leitura e produção de textos.

Busca fornecer aos estudantes que a cursarem um entendimento mais amplo do papel que a inclusão desempenha dentro das escolas regulares e na sociedade, como um direito para o aluno e um dever da sociedade.

No curso de Licenciatura em Matemática do campus de Curitiba também existem três disciplinas de formação em Educação Inclusiva de caráter geral, são elas: Educação Inclusiva e Diversidade (45h), LIBRAS I (30h) e LIBRAS II (30h). Contabilizando a quantidade de horas dispostas na matriz temos 105 horas de formação geral em Educação Inclusiva.

Novamente temos as disciplinas de LIBRAS de caráter obrigatório dentro do curso e com os mesmos objetivos que os citados anteriormente.

A disciplina Educação Inclusiva e Diversidade, esta constituída na matriz curricular do curso de Curitiba como uma disciplina de caráter obrigatório.

A ementa contempla os seguintes pontos: Educação Inclusiva e a Diversidade como referência para repensar as construções políticas e legais. O Desafio da Desigualdade Social e Educacional. A Mudança dos Paradigmas, a inclusão e as Reformas da Escola. Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

Busca proporcionar aos alunos um lugar de discussão e reflexão das políticas públicas e contextualização da Educação Inclusiva e Diversidade em

relação à Educação. Trata ainda da desigualdade social e educacional e das diferentes necessidades educacionais especiais.

Nos cursos de Licenciatura em Matemática dos campi de Pato Branco e Toledo, as disciplinas que constituem uma formação geral em Educação Inclusiva são as disciplinas obrigatórias de LIBRAS I (30h) e LIBRAS II (30h) (Pato Branco) e LIBRAS (60h) (Toledo) com os mesmos objetivos: conhecimento da cultura surda e sua língua e servir de suporte prático ao professor. Contabilizando a quantidade de horas dispostas na matriz temos 60 horas de formação geral em Educação Inclusiva tanto para o campus de Pato Branco quanto para o de Toledo.

Todas essas disciplinas, sejam elas de caráter obrigatório ou optativo, estão em conformidade com o primeiro ponto elencado na 9ª edição do FELIMAT, “Importância da proposição de disciplinas obrigatórias ou, pelo menos, optativas no decorrer do curso”. (IX FELIMAT, 2015, p. 41).

Em síntese, como disciplinas obrigatórias e/ou optativas, que envolvam uma formação geral em educação inclusiva temos o seguinte quadro:

QUADRO 16-Disciplinas de formação geral

Curso	Disciplinas		
Licenciatura em Matemática de Curitiba	LIBRAS I	LIBRAS II	Educação inclusiva e diversidade
Licenciatura em Matemática de Toledo	LIBRAS		-----
Licenciatura em Matemática em Pato branco	LIBRAS I	LIBRAS II	-----
Licenciatura em matemática em Cornélio Procópio	LIBRAS I	LIBRAS II	Aspectos Complementares De Inclusão Em Ambientes Educacionais

FONTE: O Autor

No entanto, mesmo que se trate de uma formação geral grande parte dessa formação esta pautada em uma disciplina que é obrigatória sua existência nas matrizes curriculares de todo e qualquer curso de Licenciatura desde 2005, se formos analisar o avanço em relação a isso depois de 14 anos temos apenas duas disciplinas que só foram incluídas por motivos de uma nova reformulação legislativa para os cursos de formação de professores. Isso é um fator que o XII FELIMAT aponta, “Talvez a única saída seja a imposição, mediante leis e decretos, tal como aconteceu com a componente curricular LIBRAS” (XII FELIMAT, 2018, p. 26).

3.2 UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA

Fazendo uma análise das matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em Matemática da UTFPR, temos aquelas disciplinas que vinculam a Educação Inclusiva e o Ensino de Matemática.

No curso de Licenciatura em Matemática do campus de Cornélio Procopio existe a disciplina de caráter obrigatório Inclusão e Educação Matemática (45h).

Sua ementa contempla os seguintes pontos: O paradigma da inclusão no ensino regular de Matemática e as implicações educacionais. Normatização da Educação Inclusiva no Brasil. Metodologias de ensino de Matemática para as diferentes necessidades especiais dos estudantes.

É possível notar a diferença, se relacionarmos esta disciplina com uma de aspecto formativo geral. Temos um curso realmente mais específico, voltado para o Ensino de Matemática para alunos com necessidades educacionais especiais. O curso expõe uma visão geral das normativas sobre educação especial, qual é a realidade nas escolas e busca elaborar propostas para o ensino da matemática entre as mais variadas necessidades educacionais especiais.

No curso de Licenciatura em Matemática do campus de Curitiba existe a disciplina de caráter optativo, Ensino de Matemática e Necessidades Educacionais Especiais (60h).

Sua ementa contempla os seguintes pontos: Ensino para pessoas com necessidades educacionais específicas. Ensino de Matemática para estudantes com necessidades especiais específicas. Ensino para estudantes com necessidades especiais para o aprendizado de matemática.

Por se tratar de uma disciplina optativa, deve partir do licenciando o interesse para cursar a disciplina. Seu objetivo, como esperado de uma disciplina preparatória, é dar suporte aos professores de turmas inclusivas, fornecendo conhecimento sobre metodologias e meios de ensinar Matemática a alunos com necessidades educacionais especiais.

No curso de Licenciatura em Matemática do campus de Pato Branco existem duas disciplinas que vinculam Educação Inclusiva e Ensino de Matemática, uma de caráter obrigatório, Diversidade, Direitos humanos e o ensino de Matemática (90h) e outra de caráter optativo, Educação Inclusiva e Ensino da Matemática (60h).

A ementa da disciplina, Diversidade, Direitos Humanos e o Ensino de Matemática, prevê: Direitos humanos. Diversidades e Ensino da Matemática (Educação escolar indígena. Educação do campo. Educação escolar quilombola. Direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Educação ambiental). Educação especial. Educação de jovens e adultos. Educação profissional e técnica de nível médio.

Somente pelo nome da disciplina não fica claro que ela trata também da Educação Inclusiva, referente à inclusão de alunos com necessidade educacionais especiais, no entanto um olhar mais atento a sua ementa vemos que o tema Educação Especial esta entre os listados, tratando da Conceituação, legislação e estudo de ações pedagógicas que relacionam o ensino da matemática e a educação especial como conteúdos programados, mesmo que de maneira simples devido a grande quantidade de temas que permeiam a disciplina.

A ementa da disciplina, Educação Inclusiva e Ensino da Matemática, inclui: Introdução a fundamentos e documentos oficiais relativos à Educação Inclusiva. A formação do professor de matemática para a inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais. Reflexões sobre pesquisas e ações educativas

desenvolvidas na interface entre Ensino de Matemática e Educação Inclusiva. Atividades para o Ensino de Matemática, em uma perspectiva inclusiva.

Sua proposta pedagógica envolve em grande parte os mesmo pontos que são destacados na disciplina anterior, no entanto, a diferença é a ênfase dada a cada ponto, pois nesta disciplina o foco do curso é a Educação Inclusiva e vem no sentido de complementar a discussão iniciada na disciplina obrigatória onde uma discussão aprofundada não era possível.

As duas disciplinas juntas totalizam uma carga horária de 150 horas de conteúdos específicos ainda que esse não seja o total referente somente à educação inclusiva e o Ensino da Matemática.

No curso de Licenciatura em Matemática do campus de Toledo existe a disciplina, Educação Matemática Inclusiva (45h), de caráter obrigatório.

A ementa da disciplina compreende os seguintes pontos: O paradigma da inclusão do portador de necessidades especiais no ensino regular de/ Matemática e as implicações educacionais; metodologias de ensino de Matemática adequado às diferentes necessidades especiais.

Como para o restante das disciplinas de formação específica os objetivos se sobrepõem. Discutir as políticas públicas em relação à Educação Inclusiva e fornecer os conhecimentos teóricos e práticos necessários para a elaboração de metodologias e materiais eficazes no Ensino da Matemática a alunos com necessidades educacionais especiais.

Todas as disciplinas expostas acima sejam elas de caráter obrigatório ou optativo, estão em conformidade com o primeiro ponto elencado na 9ª edição do FELIMAT, “Importância da proposição de disciplinas obrigatórias ou, pelo menos, optativas no decorrer do curso”. (IX FELIMAT, 2015, p. 41) e também com são as que mais se aproximam do terceiro ponto resultante das discussões do GD 5 na 10ª edição do FELIMAT “Implantação, nos cursos de Licenciatura, de dois espaços disciplinares para a discussão aqui apresentada. Como sugestão, podemos ter uma disciplina intitulada Práticas de Ensino de Matemática Inclusiva, e outra (que poderia ocorrer nas disciplinas denominadas Psicologia da Educação

ou correlatas) para o debate acerca de quem são estes sujeitos inclusos (surdos, cegos, cadeirantes, autistas etc.). Além destas, as demais disciplinas, quando necessário e pertinente, devem também promover a discussão acerca da inclusão”(Anais do X FELIMAT, 2016, p. 39).

Em síntese, como disciplinas obrigatórias e/ou optativas, que envolvam uma formação específica em educação inclusiva temos o seguinte quadro:

QUADRO 17- Disciplinas de formação específica

Curso	Disciplinas Específicas	
Licenciatura em Matemática de Curitiba	Ensino De Matemática E Necessidades Educacionais Específicas	-----
Licenciatura em Matemática de Toledo	Educação Matemática Inclusiva	-----
Licenciatura em Matemática em Pato Branco	Diversidade, Direitos Humanos E O Ensino Da Matemática	Educação Inclusiva E Ensino Da Matemática
Licenciatura em matemática em Cornélio Procopio	Inclusão E Educação Matemática	-----

FONTE: O Autor

Foram dispostas disciplinas de formação geral e de formação específica no contexto da Educação Inclusiva, podemos ter uma ideia da parte que essas disciplinas compreendem em relação ao total do curso.

QUADRO 18- Quadro comparativo das horas de formação e horas totais do curso

Campus	Horas de formação geral	Horas de formação específica	Total de horas de formação	Total de horas do curso	Porcentagem de horas de formação em relação ao curso

Cornélio Procópio	90 horas	45 horas	135 horas	3240 horas	4,17%
Curitiba	105 horas	60 horas	165 horas	3305 horas	4,99%
Pato Branco	60 horas	150 horas	210 horas	3315 horas	6,34%
Toledo	60 horas	45 horas	105 horas	3240 horas	3,24%

FONTE: O Autor

Juntamente da análise das ementas, carga horária e os objetivos das disciplinas também abordarmos as bibliografias básicas para cada uma das disciplinas obrigatórias. Tal análise ocorreu devido à necessidade de entender se os cursos possuem as mesmas referencias, quais são os autores mais citados e abordados, se são muitos os autores utilizados pelos cursos, etc.

Através dessa análise obtivemos os seguintes resultados:

1. Estão dispostas 22 bibliografias, sendo 21 delas de autores e uma composta pela Lei 9394/96.
2. São citados 25 autores diferentes
 - a. A Autora Célia Maria Ignatius Nogueira, é a mais citada, sendo citada em três bibliografias com dois títulos diferentes, Teoria e prática em educação matemática: aproximação da universidade com a sala de aula; Surdez, inclusão e matemática.
 - b. A autora, Maria Teresa Eglér Mantoan, é citada duas vezes em dois títulos diferentes, O desafio das diferenças nas escolas; Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?
3. Dessas 22 bibliografias, 11 delas tratam da educação inclusiva, educação especial, das necessidades educacionais especiais, inclusão, alunos com deficiência e pedagogia inclusiva.

Podemos concluir que as bibliografias dos cursos não possuem muitos títulos bibliográficos em comum em suas Bibliografias Básicas e que há uma grande variedade de autores sendo utilizados como referencia.

3.3 UM OLHAR SOBRE AÇÕES DOS CURSOS COMO COMPLEMENTO PARA A FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para o presente estudo, em decorrência da qualificação, decidimos ampliar o processo de análise para além do projeto dos cursos, incluindo um olhar mais aprofundado para as ações em desenvolvimento no que tange à educação inclusiva. Para isso, optamos em fazer um questionário destinado aos coordenadores dos cursos, referentes a possíveis ações dos cursos que não constam nas matrizes curriculares dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

O questionário (Apêndice1) contém três perguntas pautadas em alguns dos pontos resultantes das discussões do GD 5 do FELIMAT. Houve resposta de dois dos quatro Campus: Cornélio Procópio e Curitiba.

Os pontos em questão são: 1) Atividades complementares realizadas nos cursos tais como projetos de extensão; 2) Se nos estágios são realizadas atividades voltadas a espaços inclusivos e especializados; 3) O que vem sendo feito nos eventos acadêmicos que ocorrem dentro de cada um dos cursos como semanas acadêmicas das Licenciaturas, semana acadêmica das Licenciaturas em Matemática e palestras.

Os cursos relataram que sim, estão previstas atividades complementares de extensão voltadas a espaços inclusivos, por exemplo, o Campus de Curitiba detalhou os seguintes projetos: Projeto de extensão UTFPR E ESCOLA: Desenvolvimento multidisciplinar de alunos com altas habilidades visa planejar e desenvolver situações de ensino para alunos da educação básica de altas habilidades atendidas pela Secretaria Municipal de Pinhais; Projeto de extensão Matemática Acessível visa elaborar e desenvolver situações desafiadoras de aprendizagem de conteúdo matemático em salas de aula regular da educação básica que possua um ou mais alunos com deficiência visual; Projeto de extensão A organização do ensino de matemática para cegos visa a aproximação entre os licenciandos, profissionais de ensino e pesquisadores que atuam com estudantes com deficiência visual e o próprio público de estudantes da educação básica com deficiência visual.

Vemos a preocupação de que existam projetos de extensão como projetos formadores auxiliares nas edições 9º e 11º do FELIMAT, pois como o próprio evento cita que a formação inicial não tem como dar conta de uma formação inclusiva que atenda a todas as necessidades do sujeito, mas deve possibilitar tal formação.

Também existe a possibilidade dessa formação não ser dada de forma teórica, mas também prática com atividades voltadas a espaços inclusivos e especializados durante os estágios obrigatórios. Os cursos comentam que tais atividades são estimuladas pelos professores responsáveis pelos estágios em espaços como as escolas regulares e o projeto dos estágios prevêem que este possa ser realizado em espaços especializados desde que seja autorizado pelo professor responsável.

A preocupação com atividades formadoras em Educação Especial e Inclusiva no decorrer dos estágios se faz presente nas discussões do FELIMAT nas 9º e 10º edições onde propõem que atividades inclusivas sejam realizadas durante os estágios e também que os estágios possuam uma carga horária mínima em escolas especializadas.

E por último temos as atividades realizadas em semanas acadêmicas. Os cursos comentam que as temáticas, Educação Especial e Educação Inclusiva, estão presentes nas discussões que ocorrem durante os eventos em minicursos, palestras, oficinas e mesas redondas. Foi-nos enviado alguns dos títulos dessas atividades “Desafios na inclusão dos alunos cegos na Educação Básica”; “Desafios contemporâneos da formação de professores para a Educação Básica: Inclusão” e “LIBRAS e Matemática: inclusão de surdos no contexto escolar”.

A necessidade da discussão das temáticas, Educação Especial e Educação Inclusiva, nos eventos citados anteriormente são apontadas como um ponto de evolução para as Licenciaturas em Matemática na 9º e 11º edições do FELIMAT, onde propõem a inclusão dessas temáticas como fonte de formação para os futuros professores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do trabalho propusemos a seguinte problemática: Como as questões da inclusão destacadas nas diretrizes curriculares para a formação inicial de professores vêm sendo contempladas nos projetos pedagógicos e concretizadas em ações dos cursos das licenciaturas em matemática da UTFPR? Em primeiro lugar vimos o que a legislação brasileira, por meio das leis, resoluções e decretos, propõe para a formação de professores em relação à educação de alunos com necessidades educacionais especiais, após isso focamos no que vem sendo discutido pela comunidade e em específico o que vem sendo discutido no Paraná para as Licenciaturas em Matemática com a análise dos anais do FELIMAT, onde se encontra o grupo de discussão GD 5: Ensino de Matemática na Educação Inclusiva: perspectivas atuais nos cursos de Licenciatura em Matemática. Analisamos, também, as matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura em Matemática da UTFPR e enviamos um questionário para os coordenadores desses cursos para obtermos os dados necessários para o nosso estudo.

Destacamos primeiramente as disciplinas que possuem um caráter formativo geral. Observamos que todos os cursos possuem pelo menos uma disciplina de formação geral sobre Educação Inclusiva, em cada uma delas abordamos o que propõe as ementas das disciplinas, suas cargas horárias e os objetivos.

A disciplina de formação geral, que está presente em todos os cursos, é LIBRAS, obrigatória desde 2005, dependendo do curso esta separada em dois semestres ou concentrada em apenas um. Outras disciplinas de formação geral se encontram nos Campus de Cornélio Procópio e Curitiba respectivamente, Aspectos Complementares De Inclusão Em Ambientes Educacionais (optativa) e Educação Inclusiva e Diversidade (obrigatória). Os demais cursos não possuem disciplinas de formação geral sobre Educação Inclusiva.

As disciplinas de formação específica constituem as que tratam especificamente da temática, Educação inclusiva e o Ensino da Matemática. Todos os quatro cursos de Licenciatura em Matemática da UTFPR possuem ao menos uma disciplina de formação específica. Cornélio Procópio tem Inclusão e

Educação Matemática (obrigatória), Curitiba tem Ensino De Matemática e Necessidades Educacionais Específicas (optativa), Pato Branco tem Diversidade, Direitos Humanos eo Ensino Da Matemática (obrigatória) e Educação Inclusiva E Ensino Da Matemática (optativa) e Toledo tem Educação Matemática Inclusiva (obrigatória).

Como mencionado na análise, a porcentagem da carga horária do curso destinada à educação inclusiva varia de 3,24% a 6,34%.

Vimos que o total de formação recebida, geral e específica, sobre Educação Inclusiva em alguns casos não chega a 5% da carga horária do curso. Por isso da importância dos cursos possibilitarem e incentivarem que os alunos busquem formação adicional através de outros meios, como os citados anteriormente, tais como projetos de extensão, atividades praticas nos estágios obrigatórios e participação em palestras, minicursos e oficinas que tratem da temática da Educação Inclusiva.

Podemos concluir que, levando em conta o que diz a Resolução CNE nº 02/2015 e as discussões ocorridas nas edições do FELIMAT, que a situação dos cursos de Licenciatura em Matemática da UTFPR estão evoluindo pouco a pouco e que a discussão de formação de professores para a Educação inclusiva está presente, no entanto, ainda figuram pontos importantes a serem revistos e melhorados como uma maior representatividade dos professores do ensino superior nas discussões sobre o tema e a discussão constante da temática para que ela ganhe mais importância no cursos.

Portanto, com os dados recolhidos neste trabalho vemos que, em se tratando da legislação vigente, temos que os cursos se aproximam ou fazem conforme esta determinado, no entanto em se tratando das discussões se nota que a formação que vem sendo ofertada abrange um conhecimento das características físicas das necessidades dos alunos, ou seja, as disciplinas proporcionam, entendimento da necessidade educacional especial e da cultura como um todo no caso de LIBRAS, mas ainda se faz necessária a presença de disciplinas que fundamente a formação dos professores da Educação Básica para que sejam capazes de transmitir o conhecimento aos alunos que possuem necessidades educacionais

especiais e, especificamente para os termos deste trabalho, os professores de Matemática.

Para a própria formação do autor esse trabalho, dentre as diferentes aprendizagens decorrentes da pesquisa destacou-se perceber que ensinar o conhecimento não depende somente de conhecer as necessidades e comportamentos dos alunos, mas sim entender como tais conhecimentos podem ser tratados juntos dos alunos que se encontram em situações que envolvem a inclusão. Com isso, pretendemos destacar que a inserção de disciplinas sobre o tema precisa ser ampliada para o entendimento de que os cursos precisam promover situações de aprendizagem nesses contextos, para além do estudo de cunho mais geral, possibilitando maior aproximações com as situações específicas de prática de educação matemática inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2, de 01 de julho de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 18 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

BRASIL. Legislação brasileira sobre pessoas com deficiência – 7. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.410 p. – (Série legislação; n. 76)

MEC/SECADI. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília. 18 de março de 2015.

IX Fórum Estadual das Licenciaturas em Matemática. Curitiba: Sociedade Brasileira de Educação Matemática – Regional Paraná, 2015.

X Fórum Estadual das Licenciaturas em Matemática. Apucarana: Sociedade Brasileira de Educação Matemática – Regional Paraná, 2016.

XI Fórum Estadual das Licenciaturas em Matemática. Maringá: Sociedade Brasileira de Educação Matemática – Regional Paraná, 2017.

XII Fórum Estadual das Licenciaturas em Matemática. Guarapuava: Sociedade Brasileira de Educação Matemática – Regional Paraná, 2018.

ONU. *Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha), Genebra: UNESCO, 1994.

UTFPR. Licenciatura em Matemática. Disponível em: <<http://portal.utfpr.edu.br/cursos/graduacao/licenciatura/licenciatura-em-matematica>>. Acesso em: 15/08/2019.

UTFPR. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática campus Cornélio Procópio. Cornélio Procópio, 2017. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/cursos/coordenacoes/graduacao/cornelio-procopio/cp-licenciatura-em-matematica/documentos/projeto-pedagogico-do-curso>>. Acesso em: 15/08/2019.

UTFPR. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática campus Curitiba. Curitiba, 2017. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/cursos/coordenacoes/graduacao/curitiba/ct-licenciatura-em-matematica/documentos/projeto-do-curso-de-licenciatura-em-matematica>>. Acesso em: 15/08/2019.

UTFPR. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática campus Pato Branco. Pato Branco, 2017. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/cursos/coordenacoes/graduacao/pato-branco/pb-licenciatura-em-matematica/documentos/ppc_2017_licenciatura_matematica_pb_final16-02-2018.pdf/view>. Acesso em: 15/08/2019.

ANEXO 1 – MATRIZ CURRICULAR CAMPUS CORNÉLIO PROCÓPIO

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
1		<u>LM31A</u>	Fundamentos Da Matemática	75
1		<u>LM31B</u>	Matemática Elementar	60
1		<u>LM31C</u>	Lógica Matemática	75
1		<u>LM31D</u>	Funções Reais De Uma Variável Real	90
1		<u>LM31E</u>	Fundamentos De Filosofia E De História Da Educação	45
2		<u>CE63A</u>	LIBRAS1	30
2		<u>LM32A</u>	Cálculo Diferencial	75
2		<u>LM32B</u>	Matemática Computacional 1	45
2		<u>LM32C</u>	Fundamentos Da Didática Geral	30
2		<u>LM32D</u>	Metodologia Do Ensino De Matemática	60
2		<u>MA61D</u>	Geometria 1	90

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
3		<u>CE64B</u>	LIBRAS2	30
3		<u>LM33A</u>	Geometria 2	60
3		<u>LM33B</u>	Geometria Analítica	75
3		<u>LM33C</u>	Cálculo Integral	60
3		<u>LM33D</u>	Álgebra Linear 1	60
3		<u>LM33E</u>	Psicologia Da Educação	45
3		<u>LM33F</u>	Inclusão E Educação Matemática	45
4		<u>LM34A</u>	Cálculo De Funções Reais De Várias Variáveis Reais	90
4		<u>LM34B</u>	Álgebra Linear 2	60
4		<u>LM34C</u>	Teoria Dos Números	60
4		<u>LM34D</u>	Laboratório De	45

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
			Matemática	
4		<u>LM34E</u>	Tendências Em Educação Matemática 1	60
4		<u>LM34F</u>	Fundamentos Da Organização Do Trabalho Pedagógico E Gestão Escolar	45
5		<u>LM35A</u>	Álgebra	60
5		<u>LM35B</u>	Física A	60
5		<u>LM35C</u>	Probabilidade E Estatística 1	60
5		<u>LM35D</u>	Fundamentos Políticos E Normativos Da Educação	30
5		<u>LM35E</u>	Tendências Em Educação Matemática 2	60
5		<u>LM35F</u>	Prática De Ensino A	45
5		LM35G	Estágio Curricular Supervisionado A	100

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
6		<u>LM36A</u>	Análise Real 1	75
6		<u>LM36B</u>	Equações Diferenciais Ordinárias	60
6		<u>LM36C</u>	Física B	60
6		<u>LM36D</u>	Metodologia Da Pesquisa	30
6		<u>LM36E</u>	Tecnologias Digitais Da Informação E Comunicação	45
6		<u>LM36F</u>	Prática B	60
6		LM36G	Estágio Curricular Supervisionado B	100
7		<u>LM37A</u>	Análise Real 2	75
7		<u>LM37B</u>	Trabalho De Conclusão De Curso 1	60
7		<u>LM37C</u>	História Da Matemática	60
7		<u>LM37D</u>	Prática De Ensino C	60
7		LM37E	Estágio Curricular Supervisionado C	100

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
7	[996]	LM37F	Probabilidade E Estatística 2	30
7	[996]	LM37G	Tópicos Em Estatística Aplicada	60
7	[996]	LM37H	Tópicos Em Estatística	30
7	[996]	LM37I	Tópicos Em Pesquisa Operacional	60
7	[996]	LM37J	Matemática Computacional 2	60
7	[996]	LM37K	Métodos Numéricos Aplicados A Problemas De Otimização	30
7	[996]	LM37L	Matemática Financeira	30
7	[996]	LM37M	Construções Geométricas	30
7	[996]	LM37N	Modelagem Matemática	60
7	[996]	LM37O	Modelagem E Mercado Financeiro	60
7	[996]	LM37P	Teoria Dos Grafos	60
7	[996]	<u>LM37Q</u>	Topologia	60

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
7	[996]	LM37R	Introdução Aos Espaços Métricos	60
7	[996]	LM37S	Análise No R^n	60
7	[996]	LM37T	Métodos De Matemática Aplicada	60
7	[996]	LM37U	Tópicos De Matemática Aplicada	60
7	[996]	LM37V	Didática Da Matemática	60
7	[996]	LM37X	Seminários De Matemática	60
7	[996]	LM39A	Projetos Integradores De Matemática	30
7	[996]	LM39B	Educação E Gênero	30
7	[996]	LM39C	Educação Matemática Do Campo	60
7	[996]	LM39D	Diversidade E Educação Matemática	60
7	[996]	LM39E	Estudos E Pesquisas Sobre Formação De Professores De Matemática	60

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
7	[996]	LM39F	Afetividade E Ensino De Matemática	60
7	[996]	LM39G	Avaliação Da Aprendizagem Escolar	60
7	[996]	LM39H	Análise Da Produção Escrita E Ensino De Matemática	60
7	[996]	LM39I	Elaboração E Análise De Tarefas De Matemática	60
7	[996]	LM39J	Resolução De Problemas: Teoria E Prática	60
7	[996]	LM39K	História Na E Da Educação Matemática	60
7	[996]	LM39L	Educação Estatística E Educação Matemática	30
7	[996]	LM39M	Ensino De Matemática Nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental	60
7	[996]	LM39N	Tópicos Especiais Em Educação	60
7	[996]	LM39O	Educação De Jovens E Adultos E Questões Étnico-Raciais Na Escola	60

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
7	[996]	LM39P	Aspectos Complementares De Inclusão Em Ambientes Educacionais	30
7	[996]	LM39Q	Aspectos Complementares Sobre Os Poderes E Os Saberes No Ambiente Escolar	30
7	[996]	LM39R	Avaliação Da Aprendizagem E Análise De Erros	60
7	[996]	LM39S	Temas Contemporâneos Em Educação	60
7	[996]	MA68B	Funções Variáveis Complexas	60
7	[996]	MA68D	Calculo Vetorial	60
7	[996]	MA68I	Topicos Especiais Em Educação Matematica	60
7	[996]	MA68J	Topicos Especiais Em Matematica Aplicada	60
7	[996]	MA68K	Topicos Especiais Em Matematica	60
7	[996]	MA68M	Avaliação Da Aprendizagem E Analise	60

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
			De Erros	
7	[996]	MA68P	Topicos Em Educação Matematica	60
8		<u>LM38A</u>	Trabalho De Conclusão De Curso 2	60
8		<u>LM38B</u>	Prática De Ensino D	60
8		LM38C	Estágio Curricular Supervisionado D	100
8		<u>MA66B</u>	Calculo Numerico	60

ANEXO 2 – MATRIZ CURRICULAR CAMPUS CURITIBA

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
1		CE70B	Comunicação Oral E Escrita	30
1		<u>ED70P</u>	História Da Profissão Docente	30
1		ES70X	Filosofia Geral	30
1		<u>MA71J</u>	Fundamentos De Matemática	90
1		<u>MA71K</u>	Matemática Elementar A	90
1		<u>MA71N</u>	Geometria A	90
2	[977]	<u>DI61H</u>	Desenho 1	45
2	[977]	<u>DI62G</u>	Computação Gráfica 1	45
2	[977]	<u>ED70B</u>	Educação E Tecnologia	30
2		<u>ED70C</u>	Psicologia Da Educação	45

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
2	[977]	<u>ED70K</u>	Fundamentos Sociológicos Da Educação	30
2	[977]	<u>ED70R</u>	Didática 2	30
2		<u>ED70S</u>	Pesquisa Em Educação	30
2	[977]	<u>ES70C</u>	Relações Humanas E Liderança	30
2	[977]	<u>ES70H</u>	Fundamentos Da Ética	30
2	[977]	<u>ES70J</u>	A Presença Africana No Brasil: Tecnologia E Trabalho	30
2	[977]	FI7BT	Introdução À Astronomia	60
2	[977]	FI7BU	Introdução A Astrofísica	60
2	[977]	<u>FI71G</u>	Física Elementar 1	90
2	[977]	<u>FI72G</u>	Física Elementar 2	90

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
2	[977]	<u>FI77F</u>	Política Científica E Tecnológica	30
2	[976]	<u>MA7AD</u>	Cálculo Vetorial	60
2	[976]	<u>MA7AE</u>	Variáveis Complexas	60
2	[977]	<u>MA7AJ</u>	Estudos Interdisciplinares	60
2	[977]	<u>MA7AK</u>	Estudos Complementares	60
2	[976]	<u>MA7AL</u>	Currículo E O Ensino Da Matemática A	60
2	[976]	<u>MA7AM</u>	Didática Da Matemática B	60
2	[976]	<u>MA7AN</u>	Filosofia Da Matemática A	60
2	[976]	<u>MA7AO</u>	A Matemática Em Diferentes Níveis De Ensino	60
2	[976]	MA7AP	Ensino De Matemática E Necessidades Educacionais Específicas	60
2	[976]	<u>MA7AQ</u>	Geometria Não Euclidianas A	60
2	[976]	MA7AR	Matemática Aplicada A	60

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
2	[976]	<u>MA7AS</u>	Teoria De Corpos	60
2	[976]	MA7AT	Tópicos Especiais Em Estatística E Probabilidade	90
2	[976]	MA7AU	Equações Diferenciais Parciais	60
2	[977]	<u>MA72B</u>	Pesquisa Operacional	60
2		<u>MA72J</u>	Funções De Uma Variável Real A	60
2		<u>MA72K</u>	Matemática Elementar B	60
2		<u>MA72L</u>	Construções Geométricas E Geometria Descritiva A	60
2		<u>MA72N</u>	Geometria B	90
2	[977]	<u>MA74C</u>	Cálculo 4 B	60
2	[977]	<u>QB7AH</u>	Educação Ambiental	30
3		<u>ED70M</u>	Políticas Educacionais E Gestão Escolar	45

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
3		<u>ED70Q</u>	Didática 1	30
3		<u>MA73J</u>	Cálculo Diferencial A	75
3		<u>MA73K</u>	Matemática Discreta	60
3		<u>MA73N</u>	Geometria Analítica A	90
3		<u>MA73O</u>	Laboratório De Ensino De Matemática	45
4		<u>FI71M</u>	Física Teórica 1	60
4		<u>MA74J</u>	Cálculo Integral A	60
4		<u>MA74K</u>	Fundamentos De Aritmética	90

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
4		<u>MA74L</u>	Didática Da Matemática A	60
4		<u>MA74N</u>	Álgebra Linear A	90
5		<u>ED70N</u>	Educação Inclusiva E Diversidade	45
5		<u>MA75J</u>	Cálculo De Funções De Várias Variáveis Reais A	75
5		<u>MA75K</u>	Fundamentos De Álgebra	90
5		<u>MA75L</u>	Metodologia Do Ensino De Matemática A	60
5		<u>MA75M</u>	Estágio Supervisionado A	120
6		ED70T	LIBRAS A	30
6		<u>MA76J</u>	Equações Diferenciais Aplicadas A	60
6		<u>MA76K</u>	Estatística E Probabilidade	90
6		<u>MA76M</u>	Estágio Supervisionado B	105
6		<u>MA76P</u>	Trabalho De Conclusão De Curso 1	60

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
7		ED70U	LIBRAS B	30
7		<u>MA77J</u>	História Da Matemática A	60
7		<u>MA77L</u>	Modelagem Matemática No Ensino A	60
7		<u>MA77M</u>	Estágio Supervisionado C	105
7		<u>MA77N</u>	Programação E Métodos Numéricos	75
7		<u>MA77P</u>	Trabalho De Conclusão De Curso 2	60
8		<u>MA78J</u>	Fundamentos De Análise	90
8		<u>MA78K</u>	Educação Financeira	60
8		<u>MA78M</u>	Estágio Supervisionado D	75
8		<u>MA78N</u>	Tecnologias No Ensino De Matemática A	45

ANEXO 3 – MATRIZ CURRICULAR CAMPUS PATO BRANCO

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
1		<u>FC21M</u>	Fundamentos Da Matemática Elementar: Matrizes E Números Complexos	60
1		<u>FE21M</u>	Filosofia Da Educação	30
1		<u>FG21M</u>	Fundamentos Da Matemática Elementar: Geometria	60
1		<u>FM21M</u>	Fundamentos Da Matemática Elementar: Números E Funções	60
1		<u>TD21M</u>	Tecnologias Digitais No Ensino De Matemática	75
2		<u>GA22M</u>	Geometria Analítica: Vetores	75
2		<u>GE22M</u>	Geometria Euclidiana Plana	75
2		<u>HE22M</u>	História Da Educação	30
2		<u>LM22M</u>	Lógica Matemática E	75

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
			Teoria Dos Conjuntos	
2		<u>PE22M</u>	Psicologia Da Educação	30
2		<u>PP22M</u>	Políticas Públicas, Gestão Escolar E A História Do Ensino Da Matemática	75
3		<u>CD23M</u>	Cálculo Diferencial	75
3		<u>CG23M</u>	Construções Geométricas E Geometria Euclidiana Espacial	75
3		<u>DD23M</u>	Diversidade, Direitos Humanos E O Ensino Da Matemática	90
3		<u>DG23M</u>	Didática Geral	30
3		<u>LE23M</u>	Laboratório Do Ensino Da Matemática	75
3		<u>PE23M</u>	Psicologia Da Educação Matemática	30

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
4		<u>CI24M</u>	Cálculo Integral E Sequências	75
4		<u>DM24M</u>	Didática Da Matemática	60
4		<u>FL24M</u>	Física Para Licenciatura Matemática	60
4		<u>GA24M</u>	Geometria Analítica: Cônica, Quádricas E Superfícies	75
4		<u>TE24M</u>	Tendências Em Educação Matemática	75
5	[772]	AE25M	Análise De Erros E Avaliação No Ensino De Matemática	60
5	[772]	BI25M	Biomatemática	60
5	[772]	CA25M	Cálculo Vetorial	60
5	[772]	CN25M	Cálculo Numérico	60
5		<u>CV25M</u>	Cálculo Em Várias Variáveis	75
5	[772]	ED25M	Equações Diferenciais	60

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
			Ordinárias	
5	[772]	EE25M	História Da Matemática	60
5	[772]	EI25M	Educação Inclusiva E Ensino Da Matemática	60
5	[772]	EJ25M	Educação De Jovens E Adultos E O Ensino Da Matemática	60
5	[772]	EM25M	Espaços Métricos	60
5		ES25M	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório 1	100
5		IA25M	Introdução À Álgebra Linear	75
5	[772]	IG25M	Introdução À Geometria Diferencial	60
5	[772]	IT25M	Introdução A Teoria De Grafos	60
5		LB25M	LIBRAS1	30
5	[772]	MM25M	Métodos De	60

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
			Matemática Aplicada	
5		PE25M	Prática Do Ensino De Matemática 1	90
5	[772]	PL25M	Programação Linear	60
5	[772]	RP25M	Resolução De Problemas E O Ensino Da Matemática	60
5	[772]	RS25M	Representações Semióticas E O Ensino Da Matemática	60
5	[772]	TC25M	Teoria De Códigos E Criptografia	60
5	[772]	TD25M	Tecnologias Digitais E A Educação Matemática: Ênfase Em Produção De Material Digital	60
5	[772]	TE25M	Tópicos Em Educação Matemática	60
5		TI25M	Tratamento Da Informação	60

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
5	[772]	TO25M	Tópicos Especiais Em Estatística	60
5	[772]	VC25M	Variáveis Complexas	60
6		AL26M	Àlgebra Linear	75
6		ES26M	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório 2	100
6		LB26M	LIBRAS2	30
6		PE26M	Probabilidade E Estatística	75
6		PM26M	Prática Do Ensino De Matemática 2	90
6		TC26M	Trabalho De Conclusão De Curso 1	60
7		ES27M	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório 3	100
7		IA27M	Introdução À Análise Matemática	60
7		IE27M	Introdução Às Estruturas	60

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
			Algébricas	
7		MF27M	Matemática Financeira	75
7		PM27M	Prática Do Ensino Da Matemática 3	90
7		TC27M	Trabalho De Conclusão De Curso 2	60
8		AM28M	Análise Matemática	60
8		EA28M	Estruturas Algébricas	60
8		ES28M	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório 4	100
8		IG28M	Introdução Às Geometrias Não-Euclidianas	75
8		PM28M	Prática Do Ensino De Matemática 4	90

ANEXO 4 – MATRIZ CURRICULAR CAMPUS TOLEDO

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
1		<u>MA1A</u>	Lógica Matemática E Conjuntos	60
1		<u>MA1B</u>	Produção Textual Acadêmica	45
1		<u>MA1C</u>	Fundamentos Da Educação	60
1		<u>MA1D</u>	Construções Geométricas	60
1		<u>MA1E</u>	Introdução À Geometria Analítica	30
1		<u>MA1F</u>	Tópicos De Matemática A	60
1		<u>MA1G</u>	Tópicos De Matemática B	60
2		<u>MA2A</u>	Funções Reais De Uma Variável	90
2		<u>MA2B</u>	Fundamentos Computacionais Para Matemática	60
2		<u>MA2C</u>	Geometria 1	90

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
2		<u>MA2D</u>	Geometria Analítica E Álgebra De Vetores	60
2		<u>MA2E</u>	História Da Educação Matemática No Brasil	30
2		<u>MA2F</u>	Projeto Integrador 1	30
3		<u>MA3A</u>	Cálculo A	90
3		<u>MA3B</u>	Geometria 2	90
3		<u>MA3C</u>	Álgebra Linear 1	60
3		<u>MA3D</u>	Laboratório De Matemática	45
3		<u>MA3E</u>	Psicologia Da Educação	45
3		<u>MA3F</u>	Educação Matemática Inclusiva	45
3		MA3G	Projeto Integrador 2	30

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
4		<u>MA4A</u>	Álgebra Linear 2	60
4		<u>MA4B</u>	Cálculo B	75
4		<u>MA4C</u>	Didática Da Matemática	45
4		MA4D	Estatística Descritiva	30
4		<u>MA4E</u>	Políticas Educacionais E Gestão Escolar	60
4		<u>MA4F</u>	LIBRAS	60
4		<u>MA4G</u>	Sequências E Séries	45
5		<u>ED55B</u>	Estágio Supervisionado Na Educação Básica 1	85
5		<u>MA5A</u>	Introdução À Teoria Dos Números	60
5		<u>MA5B</u>	Equações Diferenciais Ordinárias	60

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
5		<u>MA5C</u>	Tópicos De Matemática Comercial E Financeira	60
5		<u>MA5D</u>	Tecnologias No Ensino Da Matemática	45
5		<u>MA5E</u>	Metodologia E Prática De Ensino De Matemática Na Educação Básica	30
5		MA5F	Projeto Integrador 3	30
6		<u>ED55A</u>	Filosofia Geral	30
6		<u>ED56B</u>	Estágio Supervisionado Na Educação Básica 2	105
6		<u>MAT56B</u>	Análise Matemática 1	60
6		<u>MAT56C</u>	Álgebra	60
6		MA6E	Pesquisa Em Educação	30
6	[33]	<u>OPMAT10</u>	Lógica Matemática 2	60

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
6	[33]	<u>OPMAT12</u>	Planejamento Experimental	30
6	[33]	<u>OPMAT13</u>	Psicologia Da Educação Matemática	60
6	[33]	<u>OPMAT14</u>	Tópicos De Topologia	60
6	[33]	<u>OPMAT15</u>	Tópicos De Educação Algébrica	30
6	[33]	OPMAT16	Álgebra 2	60
6	[33]	<u>OPMAT17</u>	Geometria Diferencial	60
6	[33]	<u>OPMAT18</u>	História E Cultura Afro-Brasileira	30
6	[33]	OPMAT19	Meio Ambiente E Sociedade	30
6	[33]	<u>OPMAT2</u>	Cálculo Vetorial	60
6	[33]	<u>OPMAT3</u>	Tópicos De Estatística Espacial	60
6	[33]	<u>OPMAT4</u>	Educação A Distância	30

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
6	[33]	<u>OPMAT5</u>	Educação De Jovens E Adultos No Brasil	30
6	[33]	<u>OPMAT6</u>	Física Aplicada À Matemática	60
6	[33]	<u>OPMAT7</u>	Funções De Variáveis Complexas	60
6	[33]	<u>OPMAT8</u>	Geometrias Não-Euclidianas	60
6	[33]	<u>OPMAT9</u>	Introdução À Programação	60
7		<u>ED57A</u>	Estágio Supervisionado Na Educação Básica 3	105
7		<u>MAT57B</u>	Análise Matemática 2	60
7		<u>MAT57D</u>	Trabalho De Conclusão De Curso (Tcc1)	60
7		MA7B	Modelagem Matemática 1	60
7		MA7E	Tópicos Em Matemática	30

Período	Optativa	Disciplina	Nome Disciplina	Carga Horária (Horas)
			Aplicada	
8		<u>ED58A</u>	Estágio Supervisionado Na Educação Básica 4	105
8		MAT58D	Trabalho De Conclusão De Curso 2 (Tcc2)	60
8		MA8A	Currículo E Avaliação Em Matemática	45
8		MA8B	Probabilidade E Inferência Estatística	60
8		MA8E	Cálculo Numérico	60
8		MA8G	História Da Matemática 1	45

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO

Consulta sobre Educação Inclusiva na Licenciatura em Matemática.

Este formulário refere-se a uma consulta aos coordenadores de curso de Licenciatura em Matemática da UTFPR sobre a Educação Inclusiva no curso, para fins de realização de TCC de graduação do estudante Pedro Ferronato (Lic. Mat.– UTFPR-CT).

1 - Assinale o campus da UTFPR ao qual você pertença.

- a) Licenciatura em matemática de Cornélio Procópio.
- b) Licenciatura em matemática de Curitiba.
- c) Licenciatura em matemática de Toledo.
- d) Licenciatura em matemática de Pato Branco.

2 - Além das disciplinas obrigatórias previstas no projeto, estão previstas no curso atividades complementares como eventos e projetos de extensão que atendam a temática da Educação Inclusiva? Se sim, pode comentar um ou dois exemplos?

3 - Estão previstas ou contempladas atividades nos estágio obrigatório, voltadas a espaços inclusivos e especializados? Se sim, do que se tratam essas atividades?

4 - Como a temática da Educação Inclusiva vem sendo incorporada nas semanas acadêmicas realizadas no curso de Licenciatura em Matemática?

5 - Poderia disponibilizar flyers ou arquivo com a programação de atividades realizadas em semanas acadêmicas anteriores?